

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026
Compras.gov.br nº 90020/2026 – UASG nº 925509
Processo n.º 2025-507

AMPLA CONCORRÊNCIA

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**, por intermédio do pregoeiro designado pela **Portaria nº 1.424/2025** de 27/03/2025, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 7.749 de 31/03/2025, torna pública a abertura de procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR GRUPO E ITEM**, a ser realizado por meio da tecnologia da informação, obedecidos os preceitos da Lei 14.133/2021, do Decreto nº 11.462/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

Data: 18/05/2026

Horário: 10h00 (horário de Brasília)

Local: www.gov.br/compras/pt-br

2. DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

2.1. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, salvo comunicação em contrário.

2.2. Este edital e seus anexos estão à disposição dos interessados na sala da CPL - Comissão Permanente de Licitação do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, localizada na Rua Desembargador Jorge Araken, s/nº, Via Verde, CEP 69.915-631, Rio Branco - AC, telefone - (0xx) 68-3212-8280, de 2ª a 6ª feira, das 07h00min às 14h00min, e poderão ser consultados pelos sites: www.tjac.jus.br e www.gov.br/compras/pt-br/.

2.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente neste Tribunal.

2.4. É facultado ao pregoeiro proceder, em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da Proposta e da Habilitação.

2.5. Integram o presente edital, como ANEXOS, e independente de transcrição, os documentos seguintes:

APÊNDICE I	Formulário de Proposta de Preços
ANEXO I	Termo de Referência
ANEXO II	Minuta de Contrato

2.6. O contrato (anexo II) deverá ser assinado eletronicamente pela licitante vencedora, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos contados da sua disponibilização no **Sistema Eletrônico**, sem prejuízo das sanções previstas na **Lei 14.133/2021**, e em outras legislações aplicáveis.

2.6.1. O prazo de convocação acima **poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período**, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

2.6.2. Para poder efetivar a assinatura eletrônica do instrumento contratual, a licitante vencedora deverá estar cadastrada no Sistema Eletrônico deste Tribunal.

2.6.3. Caso não possua o referido cadastro, será enviado link de página da internet, para o e-mail do responsável pela assinatura do instrumento contratual, como forma de se implementar a assinatura eletrônica.

3. DO OBJETO

3.1. O objeto da presente licitação é a contratação de pessoa jurídica especializada para a **prestação contínua de serviços terceirizados de limpeza, asseio e conservação predial, bem como de copeiragem**, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, incluindo postos mínimos e plantões inseridos nos respectivos postos, além do fornecimento de materiais, utensílios e equipamentos adequados, para atendimento às rotinas de funcionamento das unidades administrativas e judiciárias do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC), **abrangendo as Regionais do Alto Acre e do Juruá**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

3.2. A licitação será realizada em grupo e itens. No caso dos grupos, deverá a licitante apresentar proposta para todos os itens que o compõem. Para os itens separadamente, poderá apresentar proposta para os itens que tiver interesse.

3.3. O detalhamento do objeto está disciplinado no Termo de Referência, assim como todas as condições para execução contratual.

3.4. A despesa com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 9.588.424,38** (Nove milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e trinta e oito centavos), **pelo período de 12 (doze) meses**, que será realizada por meio do Programa de Trabalho: **203.617.02.061.2293.2214.0000** – Manutenção das Atividades do Fundo Especial do Poder Judiciário – FUNEJ, Fontes de Recurso: 2760, Elementos de Despesa: **3.3.90.37.00 – Locação de Mão de Obra e 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica**, conforme doc. R265240.

3.5. Havendo divergências entre a especificação do item definida no edital e as constantes do sistema eletrônico, prevalecerão aquelas, visto que nem sempre é possível identificar no Catálogo de Materiais/Serviços do COMPRAS.GOV códigos para itens com as especificações que se pretende adquirir. A especificação detalhada será exigida, obrigatoriamente, na proposta definitiva, sob pena de desclassificação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras/pt-br).

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. Na presente licitação, a participação será ampla para todos os licitantes.

4.5. A **licitante optante pelo Simples Nacional**, que, porventura venha a ser contratada, **no prazo de 90 (noventa) dias**, contado da data da assinatura do contrato, deverá apresentar cópia dos ofícios, com

comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação à opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do § 1º do artigo 30 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

4.6. Caso a **licitante optante pelo Simples Nacional** não efetue a comunicação no prazo estabelecido na condição anterior, o Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

4.7. A vedação estabelecida na condição anterior não se aplica às atividades de que trata o art. 18, § 5º-C, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, conforme dispõe o art. 18, § 5º-H, da mesma Lei Complementar, desde que não exercidas cumulativamente com atividades vedadas.

4.5. Não poderão participar desta licitação:

4.5.1. Empresas cujo objeto social não seja pertinente nem compatível com o objeto deste PREGÃO;

4.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.5.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.5.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.5.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.5.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.5.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

4.5.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

4.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

4.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º, da Lei nº 14.133/2021;

4.5.12. O impedimento de que trata o **subitem 4.5.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

4.5.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **subitens 4.5.2 e 4.5.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de

execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agente públicos do órgão ou entidade;

4.5.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

4.5.15. O disposto nos **subitens 4.5.2 e 4.5.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução;

4.5.16. A vedação de que trata o **subitem 4.5.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.5.17. Empresas que estejam suspensas, temporariamente, de participar de licitações ou impedidas de contratar com Tribunal de Justiça do Estado do Acre.

4.5.18. Vedada à participação de COOPERATIVA no presente certame licitatório (Parecer Referencial da ASJUG - Autos SEI nº 0009153-82.2025.8.01.0000 - Evento SEI id. 2193004).

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos **subitens 9.4 e 9.12.1** deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1 ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

5.6.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. Falsidade da declaração de que os **subitens 5.4 ou 5.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão.

5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de propostas e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

5.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do **subitem 5.11** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor anual (total) do item e valor global do grupo com base na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria, vigente à época da apresentação da proposta/oferta de lance;

6.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, incluindo-se, dentre outras, as seguintes informações:

6.1.2.1. A indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO;

6.1.2.2. A quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual;

6.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.

6.3.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo superior ao máximo previsto para contratação.

6.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.4.1. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável, do piso salarial regional ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7.1. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.7.2. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidade adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.10. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

6.11. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.12. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

6.12.1. Não serão aceitas propostas que prevejam valores de salário e auxílio-alimentação inferiores aos cotados pela Administração e constantes da Planilha de Custos e Formação de Preços referencial.

6.12.2 A proposta deverá garantir o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente ou ainda o valor fixado pela Administração, na planilha de custos e formação de preços, o que for maior.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o **agente de contratação** e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor anual / total / unitário do item / grupo.

7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor **oferta deverá ser 1% (um por cento)**.

7.10. O licitante poderá, **uma única vez, excluir seu último lance ofertado**, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível, conforme art. 21, § 3º da IN SEGES/ME nº 73/2022.

7.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública **terá duração de 10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas **24 (vinte e quatro) horas** após a

comunicação do fato pelo agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, **no prazo de 5 (cinco) minutos** controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de **5% (cinco por cento)**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no **art. 60, da Lei nº 14.133/2021**, nesta ordem:

7.19.1.1. **disputa final**, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.20.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.20.2. empresas brasileiras;

7.20.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.20.4. por empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29.12.2009.

7.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o **agente de contratação** poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

- 7.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 7.21.4. O agente de contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.21.5. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 7.22. Após a negociação do preço, o agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o agente de contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.7. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

8.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o **agente de contratação** examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.5.1. conter vícios insanáveis;

8.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.5.3. apresentar inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de **inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração**.

8.6.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do o **agente de contratação**, que comprove:

8.6.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.6.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.7. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para a empresa comprove a executabilidade da proposta.

8.8. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar **Planilha** por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, **sob pena de não aceitação da proposta**.

8.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado no sistema, **desde que não haja majoração de preço**.

8.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.10. Na hipótese de erro no preço cotado não será admitida retificação.

8.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão Eletrônico.

8.12. **Qualquer interessado** poderá requerer que se realizem diligências para aferir a executabilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.13. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, **no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata.

8.14. O agente de contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **2 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo agente de contratação por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo agente de contratação.

8.14.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo agente de contratação, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo agente de contratação, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, **sob pena de não aceitação da proposta**.

8.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o agente de contratação verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o agente de contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

9.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.2. Consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de eventual matriz ou filial (cfr. Acórdão TCU nº 1.793/11) e de seu sócio majoritário (cfr. art. 12 da Lei nº 8.429/92, que prevê, dentre as sanções

impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário).

9.3. Constatada a existência de vedação à participação no certame, agente de contratação reputará o licitante inabilitado.

9.4. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

9.4.1. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo de 2 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

9.5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.6.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei. (**Art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**)

9.8. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento. (Art. 63, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

9.9. Serão exigidos os documentos relativos à REGULARIDADE FISCAL, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado. (**Art. 63, inciso III, da Lei nº 14.133/2021**).

9.10. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. (Art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021)

9.11. O licitante deverá apresentar, **sob pena de desclassificação**, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. (Art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).

9.12. A verificação pelo agente de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de 2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do agente de contratação.

9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio de sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro 2022.

9.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligências, para (**Lei nº 14.133/21, art. 64, e IN nº 73/2022**):

9.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.14. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **subitem 9.12.1**.

9.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das **microempresas e das empresas de pequeno porte** somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (**art. 4º do Decreto nº 8.538/2015**).

9.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos superveniente ou só conhecido após o julgamento.

9.19. Habilitação jurídica:

9.19.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.19.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.19.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.19.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.19.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.19.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

9.19.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.19.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.20. Qualificação Técnica

9.20.1. Que apresente atestado(s) de capacidade técnica operacional pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, emitido em nome da licitante, comprovando a gestão de serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado.

9.20.2. Declarar que adotará práticas de sustentabilidade durante a execução do objeto, priorizando produtos biodegradáveis e uso racional de recursos.

9.20.3. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço e das peculiaridades locais das Comarcas.

9.21. Qualificação Econômico - Financeira

9.21.1. O Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) anos últimos exercício sociais**, conforme art. 69, inciso I, da Lei 14.133/2021.

9.21.2. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, conforme art. 69, caput, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. Caso a certidão não possua prazo de vigência expresse, considerar-se-á o prazo máximo de 90 (noventa) dias de emissão para aceitação;

9.21.3. Índice de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), que deverão ser iguais ou superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG)= (Ativo Circulante + Realizável A Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG)= (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

9.21.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado para a contratação.

9.21.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo Balanço de Abertura, conforme art. 65, §1º, da Lei 14.133/2021.

9.21.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo Licitante.

9.22. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.22.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.22.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais, créditos tributários federais e a Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.22.3. Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.22.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante Certidão Negativa de Débitos Fiscais;

9.22.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 9.452, 1º de maio de 1943, instituída pela Lei nº 12.440, de 07/07/2011;

9.22.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte (Estadual ou Distrital) ou (Municipal/Distrital) relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual;

9.22.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante Certidão Negativa de Débitos Fiscais.

9.23. Participação de Empresas Estrangeiras

9.23.1. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.23.2. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no

País e apostilados nos termos do disposto no DECRETO nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.24. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.25. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.26. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.27. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o agente de contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.28. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.29. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.30. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO CONTRATO

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **05 (cinco) dias corridos**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, cujo prazo de validade encontra-se nele fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. O contrato será assinado por meio de assinatura digital.

10.4. Serão formalizados tantos Contratos quantos forem necessários para execução do Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência do contrato.

10.6. Na hipótese do convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes, na ordem de classificação.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recurso será de **10 (dez) minutos**.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Das infrações administrativas e sanções constam no Termo de Referência.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido **até 3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de **até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, para o e-mail: cpli1@tjac.jus.br.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo **agente de contratação**.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: www.tjac.jus.br

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

APÊNDICE I

FORMULÁRIO DE PROPOSTA DE PREÇO

Pregão Eletrônico nº/2026

Ref. **Processo Eletrônico n.º 2025-507**.

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

Celular:

E-mail:

Dados bancários (banco/agência/conta corrente):

Conforme Edital Pregão Eletrônico n.º..../2026, apresentamos proposta de preços para, para atender a demanda do Poder Judiciário do Estado do Acre, conforme especificações e condições constantes do Termo de Referência.

TABELA EXEMPLIFICATIVA

GRUPO 1 – SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO (REGIONAL ALTO ACRE)

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT. (A)	VALOR UNIT/POSTO (B)	VALOR ANUAL (C=A*B*12 MESES)
1	Prestação de serviços continuados de limpeza, asseio e conservação diária, com fornecimento de materiais, utensílios e equipamentos. Localidade: Comarca de Rio Branco	Posto	60		
2	Prestação de serviços continuados de limpeza, asseio e conservação diária, com fornecimento de materiais, utensílios e equipamentos. Localidade: Comarcas do Interior da Regional Alto Acre (Assis Brasil, Brasiléia, Capixaba, Senador Guiomard, Manoel Urbano, Bujari, Acrelândia, Sena Madureira, Porto Acre, Epitaciolândia, Plácido de Castro, Santa Rosa do Purus e Xapuri).	Posto	25		
3	Prestação de serviços de Encarregado/Gestor de Limpeza para supervisão e coordenação das atividades das equipes de limpeza. Localidade: Comarca de Rio Branco.	Posto	2		
VALOR TOTAL					

- Declaramos que na proposta estão inclusos, além do lucro, todas as despesas e custos, tais como: transportes, encargos, tributos de qualquer natureza, despesas diretas ou indiretas relacionadas com o objeto da presente licitação.

- Declaramos que não possuímos empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado do Acre, para fins do disposto na Resolução nº 9, de 6 de dezembro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça.

- Declaramos que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente. Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes como estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Estou ciente da

obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo II da Instrução Normativa nº 31, de 3 de dezembro de 2009, do IBAMA.

- Prazo de validade da proposta: **90 (noventa) dias corridos**, a contar da data da sua apresentação.

Local e data

Nome, função e assinatura do representante legal

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

Desembargador **Laudivon Nogueira**
Presidente
(data e assinatura eletrônicas)



Documento assinado eletronicamente por **LAUDIVON DE OLIVEIRA NOGUEIRA, Presidente** em
24/04/2026 às 13:44:57.



Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço <http://appgrp.tjac.jus.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela 20PH.XTCV.XB9L.3H5M

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 137/2026

Processo nº 2025-507

1. OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação contínua de serviços terceirizados de **limpeza, asseio e conservação predial**, bem como de **copeiragem**, com disponibilização de mão de obra em regime de **dedicação exclusiva**, incluindo postos mínimos e plantões inseridos nos respectivos postos, além do fornecimento de materiais, utensílios e equipamentos adequados, para atendimento às rotinas de funcionamento das unidades administrativas e judiciárias do **Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC)**, abrangendo as Regionais do Alto Acre e do Juruá, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

1.1. DETALHAMENTO DO OBJETO

1.1.1. Os serviços serão divididos em grupos conforme a natureza da atividade e a localização geográfica, visando a melhor técnica e economicidade, conforme descrito a seguir:

GRUPO 1 – SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO (REGIONAL ALTO ACRE)

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD POSTOS	MESES	VALOR UNIT. R\$	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL ANUAL R\$
1	Prestação de serviços continuados de limpeza, asseio e conservação diária, com fornecimento de materiais, utensílios e equipamentos. Localidade: Comarca de Rio Branco Jornada: De segunda a sexta-feira, 08 horas diárias (07:00 às 17:00) e sábados 04 horas (07:00 às 11:00), ou regime de plantão conforme necessidade.	Posto	60	12	6.708,20	402.492,00	4.829.904,00

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD POSTOS	MESES	VALOR UNIT. R\$	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL ANUAL R\$
2	Prestação de serviços continuados de limpeza, asseio e conservação diária, com fornecimento de materiais, utensílios e equipamentos. Localidade: Comarcas do Interior da Regional Alto Acre (Assis Brasil, Brasiléia, Capixaba, Senador Guiomard, Manoel Urbano, Bujari, Acrelândia, Sena Madureira, Porto Acre, Etipaciolândia, Plácido de Castro, Santa Rosa do Purus e Xapuri). Jornada: De segunda a sexta-feira, 08 horas diárias (07:00 às 17:00) e sábados 04 horas (07:00 às 11:00), ou regime de plantão conforme necessidade.	Posto	25	12	6.457,53	161.438,25	1.937.259,00
3	Prestação de serviços de Encarregado/Gestor de Limpeza para supervisão e coordenação das atividades das equipes de limpeza. Localidade: Comarca de Rio Branco. Jornada: De segunda a sexta-feira, 08 horas diárias (07:00 às 17:00) e sábados 04 horas.	Posto	02	12	7.935,92	15.871,84	190.462,08

GRUPO 2 – SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO (REGIONAL JURUÁ)

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT. POSTOS	MESES	VALOR UNIT. R\$	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL ANUAL R\$
4	Prestação de serviços continuados de limpeza, asseio e conservação diária, com fornecimento de materiais, utensílios e equipamentos. Localidade: Comarcas da Regional Juruá: Cruzeiro do Sul Jornada: De segunda a sexta-feira, 08 horas diárias e sábados 04 horas.	Posto	11	12	5.593,36	61.526,96	738.323,52
5	Prestação de serviços continuados de limpeza, asseio e conservação diária, com fornecimento de materiais, utensílios e equipamentos. Localidade: Comarcas da Regional Juruá: Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Jordão, Tarauacá e Feijó. Jornada: De segunda a sexta-feira, 08 horas diárias e sábados 04 horas.	Posto	10	12	5.183,76	51.837,60	622.051,20

GRUPO 3 – SERVIÇOS DE COPEIRAGEM (REGIONAL JURUÁ)

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT. POSTOS	MESES	VALOR UNIT. R\$	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL ANUAL R\$
6	Prestação de serviços continuados de copeiragem, compreendendo preparo e fornecimento de café, chá e água, bem como organização e higienização das copas, com fornecimento de materiais e utensílios. Localidade: Comarcas da Regional Juruá Cruzeiro do Sul. Jornada: De segunda a sexta-feira, 08 horas diárias e sábados 04 horas.	Posto	03	12	5.506,20	16.518,60	198.223,20
7	Prestação de serviços continuados de copeiragem, compreendendo preparo e fornecimento de café, chá e água, bem como organização e higienização das copas, com fornecimento de materiais e utensílios. Localidade: Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Tarauacá e Feijó. Jornada: De segunda a sexta-feira, 08 horas diárias e sábados 04 horas.	Posto	04	12	5.098,82	20.395,28	244.743,36

Obs: grupos 1, 2 e 3, valores totais estimados extraídos da planilha de custo (D42035) e resumo (D42036).

SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FACHADAS ENVIDRAÇADAS (SOB DEMANDA) (REGIONAL ALTO ACRE)

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTD	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
8	LIMPEZA DE FACHADAS ENVIDRAÇADAS (SOB DEMANDA): Prestação de serviço eventual e sob demanda de limpeza técnica de fachadas em pele de vidro (curtain wall) e vidros altos de difícil acesso, exigindo o fornecimento de mão de obra especializada (alpinismo industrial ou similar), equipamentos de proteção (EPIs), andaimes, cadeiras suspensas e produtos específicos. Este serviço será requisitado sob demanda, com previsão estimativa de execução a cada 6 (seis) meses ou quando expressamente requisitado pelo fiscal do contrato após avaliação técnica da sujeira e necessidade. Exclusivamente nos prédios da Comarca de Rio Branco (Sede Administrativa, Fórum Criminal, Juizados, Portal do Acolhimento, Guarita, etc.). Conforme demanda e cronograma de execução.	m²	5.761,68	13,94	80.317,82

LIMPEZA PESADA DE PISOS (SOB DEMANDA)

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTD	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
9	LIMPEZA PESADA DE PISOS (SOB DEMANDA): Prestação de serviço eventual e sob demanda de limpeza pesada, lavagem técnica, remoção de ceras antigas, tratamento e impermeabilização de pisos, exigindo a utilização obrigatória de máquinas pesadas (lavadoras automáticas de piso, enceradeiras industriais de alta rotação, hidrojateadoras de alta pressão) e pessoal técnico adequado para manuseio do maquinário. Comarca de Rio Branco e Cruzeiro do Sul.	m²	51.526,91	14,50	747.140,20

Obs: itens 8 e 9, valores totais estimados extraídos do mapa comparativo de preços (D41279) p. 29.

1.1.2. Serão reservadas vagas para mulheres integrantes de grupos vulneráveis nas contratações de empresas nas licitações realizadas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e a Portaria nº 2021/2023 do TJAC.

1.1.3. Os serviços serão prestados nas seguintes localidades, detalhadas conforme o Estudo Técnico Preliminar e Manifestação Técnica [H22781]:

I – Município de Rio Branco (Capital)

- a. Fórum dos Juizados Especiais Cíveis – Cidade da Justiça (Rio Branco/AC).
- b. Fórum Criminal – Rua Paulo Lemos de Moura Leite, nº 878, Portal da Amazônia.
- c. Palácio da Justiça – Rua Benjamin Constant, nº 1.128, Centro.
- d. Sede Administrativa e Anexos (I a V) – Rua Tribunal de Justiça, s/n, Via Verde.
- e. Portal de Acolhimento e Guarita – Sede Administrativa.
- f. Prédio das Secretarias – Sede Administrativa.
- g. 3º Prédio da Cidade da Justiça.
- h. Demais prédios que venham a integrar a responsabilidade patrimonial/operacional do TJAC.

II – Demais Comarcas (Regional Alto Acre)

- a. Acrelândia – Fórum Juiz de Direito João Oliveira de Paiva.
- b. Assis Brasil – Fórum de Assis Brasil e CIC.
- c. Brasiléia – Fórum Dr. Evaldo Abreu de Oliveira e CIC.
- d. Bujari – Fórum Des. Paulo Itamar Teixeira e Antiga Residência Oficial.
- e. Capixaba – Fórum Juiz de Direito Álvaro de Brito Vianna.
- f. Epitaciolândia – Fórum da Comarca de Epitaciolândia e Antigo Cartório.
- g. Manoel Urbano – Fórum Dr. Celso Secundino Lemos.
- h. Plácido de Castro – Fórum Des. José Lourenço Furtado Portugal.
- i. Porto Acre – Fórum Mamede Caruta da Silva.
- j. Santa Rosa do Purus – CIC (Centro Integrado de Cidadania).
- k. Sena Madureira – Fórum Des. Vieira Ferreira.
- l. Senador Guimard – Fórum Des. Ananias Gadelha Filho.
- m. Xapuri – Fórum da Comarca de Xapuri.

III – Comarcas (Regional Juruá)

- a. Cruzeiro do Sul – Cidade da Justiça (CJUS), Fóruns Criminal e Cível, Prédio Administrativo, Centro Cultural do Juruá e Anexos.
- b. Feijó – Fórum Quirino Lucas de Moura e Residência Oficial.
- c. Mâncio Lima – Fórum da Comarca de Mâncio Lima.
- d. Rodrigues Alves – Fórum de Rodrigues Alves.
- e. Tarauacá – Fórum Des. Mario Strano.
- f. Marechal Thaumaturgo – CIC.
- g. Porto Walter – CIC.
- h. Jordão – Prédio cedido pelo TRE.

1.1.3.1. Nota Explicativa sobre Reestruturação de Unidades em Rio Branco

Para fins de total transparência e correta compreensão do dimensionamento dos postos na capital, informa-se que o **Fórum Barão do Rio Branco**, localizado na Rua Benjamin Constant, nº 1.165, Centro, foi recentemente **desativado** no contexto de um projeto de reestruturação e otimização dos espaços físicos do Poder Judiciário. Como consequência direta dessa medida administrativa, os postos de serviço que anteriormente atendiam àquela unidade foram integralmente **realocados para o Fórum dos Juizados Especiais Cíveis, localizado na Cidade da Justiça**. Esta unidade absorveu não apenas a estrutura, mas também a competência e o fluxo de diversas varas, incluindo **varas cíveis, da fazenda pública e outras unidades judiciárias**, o que resultou em um aumento substancial e permanente no fluxo diário de magistrados, servidores, advogados e do público em geral. Portanto, a maior concentração de postos de trabalho nesta localidade reflete essa nova realidade operacional, sendo uma medida essencial para garantir a manutenção dos padrões de higiene e conservação frente à demanda ampliada. Adicionalmente, ressalta-se que, em consonância com o planejamento estratégico de infraestrutura do TJAC, está previsto que, após a finalização da construção do **3º prédio da Cidade da Justiça**, parte desses postos seja novamente direcionada para atender às novas varas e unidades que serão instaladas na futura edificação, demonstrando a flexibilidade e o planejamento de longo prazo que orientam esta contratação.

1.1.4. Detalhamento da Distribuição de Postos:

GRUPO 1 – REGIONAL ALTO ACRE (ITENS 1.A e 1.B) - TOTAL: 87 POSTOS

- a. **Rio Branco:** 60 postos de limpeza + 02 postos de encarregado
- b. **Assis Brasil:** 02 postos
- c. **Brasiléia:** 04 postos (Fórum e CIC)
- d. **Capixaba:** 02 postos
- e. **Senador Guimard:** 02 postos
- f. **Manoel Urbano:** 02 postos
- g. **Bujari:** 01 posto
- h. **Acrelândia:** 02 postos
- i. **Sena Madureira:** 02 postos
- j. **Porto Acre:** 01 posto
- k. **Epitaciolândia:** 02 postos
- l. **Plácido de Castro:** 02 postos
- m. **Santa Rosa do Purus:** 01 posto
- n. **Xapuri:** 02 postos

Adicionalmente aos postos fixos, em razão da permanente necessidade de higienização das áreas utilizadas nas audiências de custódia, a serem realizadas nos finais de semana e feriados, a contratação deverá prever 02 postos de trabalho em regime de plantão ou sobreaviso, conforme a seguir: **01 posto para o Fórum Criminal e 01 posto para o Portal de Acolhimento em Rio Branco.** Esta necessidade será detalhada e quantificada em horas no Termo de Referência, com base nos postos listados na **Manifestação [H22781]**.

GRUPO 2 – REGIONAL JURUÁ (ITEM 2) - TOTAL: 21 POSTOS

- a. **Cruzeiro do Sul:** 11 postos
- b. **Mâncio Lima:** 02 postos
- c. **Rodrigues Alves:** 01 posto
- d. **Marechal Thaumaturgo:** 01 posto
- e. **Porto Walter:** 01 posto
- f. **Jordão:** 01 posto
- g. **Tarauacá:** 02 postos

h. **Feijó:** 02 postos

GRUPO 3 – REGIONAL JURUÁ (ITEM 3) - TOTAL: 7 POSTOS

a. **Cruzeiro do Sul:** 03 postos

b. **Mâncio Lima:** 01 posto

c. **Rodrigues Alves:** 01 posto

d. **Tarauacá:** 01 posto

e. **Feijó:** 01 posto

A definição do quantitativo de mão de obra baseou-se em critérios empíricos e análises das necessidades específicas de cada local, conforme detalhado no item 3 deste Termo de Referência, e considera as metragens físicas das edificações, ajustadas conforme a complexidade e a frequência de limpeza exigida para cada tipo de ambiente (áreas comuns, banheiros, áreas de alto tráfego). A tabela abaixo discrimina a área do terreno, a área construída original, a área pós-reforma (utilizada como base principal) e a área específica de banheiros de cada unidade onde os serviços serão prestados, conforme informado no [D32187] METRAGEM ATUALIZADA [DISET] e [H23628] Certidão de Atualização Complementar.

1.1.5. Notas explicativas:

a) Áreas internas: compreendem todos os ambientes internos das edificações (salas, saguões, auditórios, guaritas, garagens, circulações e demais dependências), incluindo coberturas acessíveis, com necessidade de manutenção **rotineira**, conforme plano de atividades e frequências definidas no TR.

b) Áreas externas: compreendem as áreas não edificadas integrantes do imóvel (passeios, rampas, estacionamentos, circulação de veículos, jardins, acessos e similares), com necessidade de manutenção rotineira, conforme plano de atividades e frequências definidas no TR.

c) Fachadas/pele de vidro (Rio Branco): a limpeza de fachadas externas em pele de vidro, estimada em 2.880,84 m² (Sede Administrativa, Fórum Criminal, Juizados, Portal de Acolhimento e Guarita), será tratada como serviço específico sob demanda, somente em Rio Branco, com requisição semestral estimada (a cada 6 meses) ou quando demandado pelo fiscal, após avaliação,

podendo admitir **subcontratação** em razão da especificidade técnica e do cumprimento de NR-35, nos termos do TR.

d) **Postos de copeiragem:** compreendem, dentre outras, as atividades de preparo e distribuição de café e chá, higienização de louças e utensílios, organização de copas e apoio a magistrados, servidores e eventos institucionais, conforme rotinas e quantitativos estimados no TR.

1.1.6. O horário de funcionamento do Tribunal é, atualmente, de **7h às 18h**, de **segunda a sexta-feira**. Havendo necessidade de execução de serviços fora desse período, a Contratada será comunicada com antecedência mínima de **24 (vinte e quatro) horas**, observadas as regras do contrato e da legislação aplicável. **Os plantões (finais de semana e feriados), inclusive para audiências de custódia, estão incluídos nos respectivos postos**, por meio de escala de trabalho definida pela Contratada, contemplando, no mínimo, **01 posto para o Fórum Criminal e 01 posto para o Portal de Acolhimento**, sem prejuízo do quantitativo mínimo exigido no TR.

1.2. REQUISITOS SOCIAIS - PROGRAMA TRANSFORMAÇÃO (PORTARIA N.º 2021/2023)

Em estrita observância à Portaria n.º 2021/2023 da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, que instituiu o "Programa Transformação", a presente contratação deverá cumprir rigorosamente a reserva de vagas destinada a mulheres integrantes de grupos vulneráveis. Este requisito é obrigatório e visa fomentar a adoção de políticas afirmativas para redução das desigualdades e inclusão social no mercado de trabalho.

Consideram-se mulheres em condição de especial vulnerabilidade econômico-social, para fins de preenchimento das cotas deste contrato, aquelas enquadradas nas seguintes situações:

I – mulheres vítimas de violência física, moral, patrimonial, psicológica ou sexual, em razão do gênero, no contexto doméstico e familiar;

II – mulheres trans e travestis;

III – mulheres migrantes e refugiadas; I

V – mulheres em situação de rua;

V – mulheres egressas do sistema prisional; e

VI – mulheres indígenas, campesinas e quilombolas.

A reserva de vagas será aplicada de acordo com o quantitativo de trabalhadores necessários para a execução de cada lote da contratação, observando-se os seguintes critérios de cálculo:

a) Quando a prestação dos serviços exigir a utilização de 06 (seis) a 19 (dezenove) trabalhadores, será reservada obrigatoriamente 01 (uma) vaga para mulheres integrantes dos grupos vulneráveis acima descritos;

b) Quando forem necessários 20 (vinte) ou mais trabalhadores, o percentual de reserva será de 5% (cinco por cento) do total de postos de trabalho. Caso a aplicação do percentual resulte em número fracionário, o edital e o contrato deverão adotar o número inteiro imediatamente posterior. O número de vagas reservadas deverá ser mantido durante toda a execução do contrato, sob fiscalização direta do gestor e dos fiscais.

Para a efetivação desta medida, a empresa vencedora do certame deverá reportar-se à Secretaria de Projetos Sociais (SEPSO) do Tribunal de Justiça, que será responsável pela indicação das candidatas cadastradas, com a colaboração da Vara de Execuções Penais e Medidas Alternativas (VEPMA) e das Varas de Proteção à Mulher. A empresa contratada terá o prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados da assinatura do contrato, para apresentar ao fiscal do contrato o rol de mulheres integrantes de grupos vulneráveis efetivamente contratadas, ou a declaração emitida pela SEPSO atestando a impossibilidade de atendimento da demanda por ausência de candidatas com o perfil exigido. O descumprimento desta obrigação sujeitará a contratada à multa diária de 0,2% (zero vírgula dois por cento) do valor total do contrato, por período não superior a 10 (dez) dias. Persistindo a inadimplência por 60 (sessenta) dias, a Administração providenciará a rescisão contratual. É vedada qualquer diferenciação salarial em função da condição de vulnerabilidade das contratadas.

1.3. REQUISITOS DE PARIDADE DE GÊNERO (RESOLUÇÃO N.º 89/2024)

Consoante o disposto na Resolução n.º 89/2024 do Conselho da Justiça Estadual, que instituiu a Política de Incentivo à Participação Institucional Feminina no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Acre, a execução deste contrato deverá observar a participação equânime de homens e mulheres.

Nos termos específicos do inciso VI do artigo 5º da referida Resolução, a contratação da empresa prestadora de serviço terceirizado deverá proporcionar a ocupação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de mulheres, considerada cada função do contrato. Ou seja, a paridade deve ser verificada não apenas no global, mas especificamente para os cargos de Servente de Limpeza, Encarregado(a) e Copeiro(a). Para fins desta exigência, compreende-se por mulher a mulher cisgênero, a mulher transgênero e a mulher fluida.

Além da paridade de gênero, o preenchimento das vagas deverá respeitar, na medida do possível, a proporção respectiva de raça e etnia da população brasileira, por Estado da Federação, segundo o último Censo do IBGE, observando-se a perspectiva interseccional. A observância da paridade de gênero por função não poderá causar a redução do percentual total de mulheres no contrato, admitindo-se flexibilização apenas no que tange a funções insalubres e com jornada noturna, o que deverá ser devidamente justificado se aplicável ao caso concreto. A empresa contratada deverá comprovar o cumprimento destes percentuais periodicamente à fiscalização do contrato.

2. DEFINIÇÃO DOS POSTOS DE SERVIÇO E JORNADA DE TRABALHO

2.1. Para fins deste Termo de Referência, **posto de serviço** é a unidade de medição da execução contratual, caracterizada pelo período em que determinado local deverá permanecer guarnecido por trabalhador(es) apto(s) ao desempenho das atividades previstas, conforme as rotinas, frequências e níveis de serviço estabelecidos.

2.2. Cada **posto de limpeza** e de **copeiragem** será composto por, no mínimo, 01 (um) profissional, devidamente treinado, uniformizado e provido dos equipamentos e insumos necessários ao desempenho das tarefas.

2.3. A jornada de trabalho dos empregados deverá observar a legislação trabalhista e a convenção coletiva aplicável, não excedendo 44 (quarenta e quatro) horas semanais, nem 08 (oito) horas diárias, ressalvadas as hipóteses de compensação e/ou escala previstas e autorizadas em instrumento coletivo.

2.4. A prestação dos serviços ocorrerá, em regra, de segunda a sábado, observados o horário de funcionamento do TJAC e as necessidades de cada unidade. A critério da Administração, quando não houver necessidade de execução aos sábados, as horas correspondentes poderão ser

redistribuídas/compensadas nos demais dias úteis, desde que respeitados os limites legais e as regras da convenção coletiva.

2.5. A escala de trabalho será elaborada pela Contratada e submetida à ciência do gestor/fiscal do contrato, devendo contemplar:

- a) intervalo intrajornada para repouso e alimentação de, no mínimo, **01 (uma) hora** e, quando aplicável, até **02 (duas) horas**; e
- b) intervalo interjornada mínimo de **11 (onze) horas** entre o término de uma jornada e o início da seguinte, para cada empregado.

2.6. A escala poderá ser ajustada durante a execução contratual para melhor atendimento das necessidades administrativas, desde que preservados os quantitativos mínimos de postos exigidos, os limites de jornada e demais exigências trabalhistas e normativas aplicáveis.

2.7. Plantões e serviços extraordinários (finais de semana e feriados), inclusive para audiências de custódia e eventos institucionais, poderão ser demandados pela Administração, estando incluídos nos postos contratados, mediante organização de escala pela Contratada. Quando aplicável, deverá ser observado o regramento legal e convencional quanto à compensação de jornada e/ou pagamento de horas extras, sem prejuízo da continuidade e qualidade dos serviços.

3. ÍNDICE MÍNIMO DE PRODUTIVIDADE ESTIPULADO

3.1. A definição do quantitativo de mão de obra para esta contratação baseou-se no histórico de execução e nos registros do contrato anterior, que demonstram ser o dimensionamento atual o mais adequado para atender às peculiaridades de cada município e unidade judiciária.

3.2. A fixação do número de postos por localidade justifica-se pela variação no fluxo de atendimento ao público, pela complexidade das áreas de circulação, pelo quantitativo de banheiros e pela necessidade de manutenção de padrões de higiene em ambientes com diferentes intensidades de uso. Tais fatores operacionais sobrepõem-se à aplicação de índices meramente matemáticos.

3.3. Portanto, não será adotado o índice de produtividade previsto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017 como critério exclusivo ou determinante. A opção pela manutenção do quantitativo atual visa garantir a continuidade da qualidade dos serviços e a segurança sanitária das

instalações, em observância aos princípios da eficiência e da segurança jurídica, evitando rupturas ou subdimensionamento que possam comprometer as atividades do Poder Judiciário.

4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação visa manter a higienização, o asseio, a conservação e o apoio de copeiragem adequados das instalações físicas dos prédios que servem ao TJAC, de modo a garantir ambientes limpos, salubres e conservados para os servidores, magistrados e os usuários que os frequentam. A demanda decorre da necessidade imperativa e ininterrupta de manutenção das instalações, sendo essencial para o regular funcionamento das atividades jurisdicionais. A presente contratação justifica-se, primordialmente, pela iminência do término da vigência dos Contratos nº 140/2024 e nº 145/2024, firmados com a Cooperativa de Trabalho Tropical Parquet, cujo encerramento definitivo está previsto para o dia 21 de julho de 2026.

4.2. Conforme consignado no Documento de Formalização da Demanda [H19704] e no Despacho nº 3745/2025 [H19841], a Administração do TJAC está impedida de renovar ou firmar novos contratos com cooperativas de trabalho para a execução de serviços que demandem relação de pessoalidade, habitualidade e subordinação direta, características presentes nos serviços de limpeza e copeiragem com dedicação exclusiva de mão de obra. Tal entendimento baseia-se no Parecer Referencial nº 2193004 e na Decisão da Presidência nº 2205558 (Processo SEI nº 0009153-82.2025.8.01.0000), alinhando-se à jurisprudência do TCU e à Lei Federal nº 12.690/2012. Portanto, a contratação deve ser realizada com empresas especializadas sob o regime CLT.

4.3. Escolha da Modalidade: Tendo em vista que os serviços a serem contratados enquadram-se como comuns, utiliza-se o **PREGÃO ELETRÔNICO**, pelo modo de disputa **ABERTO** e critério de julgamento **menor preço** por grupo e item (8 e 9), conforme preceitua a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.4. Agrupamento de itens: O parcelamento do objeto em grupos (Regionais e Natureza do Serviço) justifica-se para ampliar a competitividade, permitindo a participação de empresas com capacidade logística regionalizada, sem perda de economia de escala, conforme Súmula 247 do TCU e art. 40, V, 'a', da Lei nº 14.133/2021.

5. ALINHAMENTO AO PLANO INSTITUCIONAL

5.1. A presente demanda está em consonância com o Planejamento Estratégico Institucional vigente, especificamente no tocante ao objetivo de aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária, assegurando infraestrutura adequada à prestação dos serviços jurisdicionais.

A contratação consta no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026.

ID PCA no PNCP: 04034872000121-0-000001/2026

Data de publicação no PNCP: 04/02/2026

Id do item no PCA: 119

Classe/Grupo: 600 - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

6. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Trata-se de objeto de serviço comum, nos termos da Lei nº 14.133/2021, de caráter continuado com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

6.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

6.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, ressalvada a fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais.

7. REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

7.1. Durante a fase de habilitação, apresentar: Conforme Estudos Preliminares e consoante a Lei nº 14.133/2021, são requisitos técnicos essenciais de qualificação para futura contratação, dentre outros, os seguintes:

7.1.1. Que a empresa seja idônea e do ramo de atividade;

7.1.2. Que apresente atestado(s) de capacidade técnica operacional pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, emitido em nome da licitante, comprovando a gestão de serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado.

7.1.3. Declarar que adotará práticas de sustentabilidade durante a execução do objeto, priorizando produtos biodegradáveis e uso racional de recursos.

7.1.4. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço e das peculiaridades locais das Comarcas.

7.1.5. Vedação à participação de Cooperativas de Trabalho, tendo em vista a necessidade de subordinação jurídica e pessoalidade na execução dos serviços, incompatíveis com o regime cooperativista para este objeto específico.

8. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

8.1. O dimensionamento da proposta deve levar em consideração o detalhamento do objeto previsto no item 1.1. e seus subitens, definidos nos Estudos Preliminares [H21298], na Manifestação Técnica [H22781] e anexos desse termo de referência.

8.2. A proposta deve contemplar o fornecimento de maquinário específico para grandes áreas, conforme especificado nesse termo de referência e nos anexos.

8.3. Os custos de mão de obra devem observar a Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2027 (Registro MTE AC000004/2026), respeitando os pisos salariais e o auxílio alimentação mínimo de R\$ 360,00.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. DOS SERVIÇOS SOB DEMANDA (ITENS ESPECÍFICOS)

9.1.1. Limpeza de Fachadas/“Pele de Vidro” (Rio Branco)

Serviço específico destinado à limpeza da **face externa** de vidros e fachadas envidraçadas (curtain wall) dos prédios localizados em **Rio Branco**, conforme metragens e edificações indicadas neste Termo de Referência.

a) A execução ocorrerá **exclusivamente em Rio Branco**.

b) O serviço será **requisitado sob demanda**, com periodicidade **estimada de a cada 6 (seis) meses**, ou **sempre que solicitado pelo fiscal**, após avaliação técnica da necessidade.

c) A Contratada deverá assegurar a execução com **técnicas, equipamentos e EPIs compatíveis com trabalho em altura**, em estrita observância às normas de segurança aplicáveis, especialmente a **NR-35**, sendo **admitida subcontratação** deste item, em razão de sua especificidade técnica, nos termos do TR.

d) O faturamento ocorrerá por **metro quadrado (m²) efetivamente executado e aprovado pela fiscalização**, conforme medições e critérios estabelecidos neste TR.

9.1.2. Limpeza Pesada (Rio Branco e Cruzeiro do Sul)

Serviço específico de caráter **eventual**, destinado à **recuperação e manutenção profunda** de pisos e áreas pavimentadas, quando demandado por condições que extrapolem a rotina de limpeza e conservação.

a) A execução ocorrerá **sob demanda** em **Rio Branco e Cruzeiro do Sul**, mediante requisição formal do fiscal/gestor do contrato.

b) Quando necessário à adequada execução, a Contratada deverá mobilizar **máquinas/equipamentos apropriados para limpeza pesada** e os respectivos insumos de tratamento (ex.: removedores, seladores/impermeabilizantes e similares), compatíveis com o tipo de piso e a intervenção requerida.

c) A Contratada deverá disponibilizar **peçoal adequado e treinado** para execução do serviço e operação dos equipamentos, observando as normas de segurança e garantindo a efetividade do resultado.

d) A unidade de medição e faturamento será o **metro quadrado (m²)** efetivamente executado e aprovado pela fiscalização.

9.2. A EXECUÇÃO DO OBJETO SEGUIRÁ A SEGUINTE DINÂMICA:

9.2.1. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA

São atividades, dentre outras, do ocupante do posto de limpeza:

9.2.1.1. DIARIAMENTE

9.2.1.1.1. Varrer todas as dependências, exceto as áreas acarpetadas, onde deverá ser utilizado aspirador de pó;

9.2.1.1.2. Remover, com pano úmido e produtos adequados (incluindo multiuso e álcool), o pó das mesas, cadeiras, poltronas, armários, arquivos, prateleiras, persianas, peitoris, caixilhos das janelas, bem como dos demais móveis existentes, inclusive aparelhos elétricos, extintores de incêndio e outros similares;

9.2.1.1.3. Retirar o pó dos aparelhos telefônicos e microcomputadores com flanelas e produtos específicos;

9.2.1.1.4. Limpar os pisos utilizando produtos próprios, inclusive com uso de maquinário (enceradeira/lavadora) onde aplicável;

9.2.1.1.5. Limpar interno e externamente o elevador com produtos adequados;

9.2.1.1.6. Limpar pisos, paredes, portas, divisórias e vidros baixos;

9.2.1.1.7. Limpar e desinfetar os banheiros com saneante domissanitário e coletar o respectivo lixo, no mínimo 2 (duas) vezes por dia e sempre que se fizer necessário, mantendo o abastecimento de insumos;

9.2.1.1.8. Limpar pias e eletrodomésticos das copas e do refeitório;

9.2.1.1.9. Limpar os corrimãos e maçanetas com álcool 70% ou desinfetante apropriado;

9.2.1.1.10. Abastecer com papel toalha, sabonete líquido, papel higiênico e aromatizadores automáticos (tipo Click Spray) os banheiros e áreas comuns sempre que necessário;

9.2.1.1.11. Retirar o lixo das salas, banheiros, copa e recepção pelo menos 2 (duas) vezes por dia e sempre que se fizer necessário, acondicionando-o em sacos plásticos apropriados;

9.2.1.1.12. Proceder à coleta seletiva de papel, plástico e lixo orgânico para reciclagem, quando couber;

9.2.1.1.13. Executar os demais serviços essenciais para um ambiente limpo e higienizado.

9.2.1.2. SEMANALMENTE

- 9.2.1.2.1. Limpar divisórias, portas, barras e batentes;
- 9.2.1.2.2. Limpar manchas de pisos, paredes e vidros;
- 9.2.1.2.3. Lustrar todo mobiliário envernizado e encerado;
- 9.2.1.2.4. Limpar forrações de couro ou material sintético;
- 9.2.1.2.5. Limpar e polir metais (válvulas, registros, sifões, fechaduras);
- 9.2.1.2.6. Lavar balcões e pisos vinílicos com detergente, encerar e lustrar;
- 9.2.1.2.7. Limpar espelhos 3 vezes por semana;
- 9.2.1.2.8. Remover tapetes para limpeza;
- 9.2.1.2.9. Lavagem de áreas externas pavimentadas.

9.2.1.3. QUINZENALMENTE

- 9.2.1.3.1. Limpar os vidros (face interna/externa acessível);
- 9.2.1.3.2. Lavar com saneante domissanitário as copas;
- 9.2.1.3.3. Limpar persianas.

9.2.1.4. MENSALMENTE

- 9.2.1.4.1. Limpar livros, periódicos e estantes da biblioteca;
- 9.2.1.4.2. Limpar luminárias (interna/externa);
- 9.2.1.4.3. Limpar forros, paredes altas e rodapés;
- 9.2.1.4.4. Limpar, engraxar e lubrificar portas e portões de ferro;
- 9.2.1.4.5. Lavar terraços e garagens.

9.2.1.5. SEMESTRALMENTE (Limpeza de Fachadas de Vidro)

9.2.1.5.1. Limpar a face externa de todos os vidros dos prédios (Sede, Fórum Criminal, Juizados, etc.), totalizando a metragem indicada. Para esta tarefa, a empresa deverá utilizar andaimes, cadeiras suspensas ou técnica de alpinismo industrial, com rigorosa observância da NR-35 e fornecimento de EPIs específicos. É permitida a subcontratação para este item específico.

9.2.2. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DOS SERVIÇOS DE COPEIRAGEM

São atividades do ocupante do posto de copeiragem:

9.2.2.1. Preparar e servir café (utilizando coador de pano ou descartável conforme especificação local) e chá, em horários predeterminados e sob demanda para reuniões e gabinetes;

9.2.2.2. Servir água aos magistrados, servidores e visitantes;

9.2.2.3. Recolher, lavar, secar e guardar louças, talheres e utensílios de copa (estimativa de 300 copos, 200 pratos, 30 panelas e talheres diversos diariamente);

9.2.2.4. Manter a copa, pias, bancadas, armários, geladeiras, fogões e demais equipamentos rigorosamente limpos e higienizados;

9.2.2.5. Controlar o estoque de gêneros alimentícios e materiais de limpeza da copa, solicitando reposição tempestiva;

9.2.2.6. Zelar pela higiene pessoal, mantendo as unhas cortadas e limpas, cabelos presos e usando o uniforme completo e limpo (preferencialmente nas cores preto ou vermelho conforme identidade visual).

10. MATERIAIS A SEREM FORNECIDOS

10.1. A contratada fornecerá todos os materiais, utensílios e equipamentos necessários à realização dos serviços, em quantidade e qualidade suficientes para manter os padrões de higiene exigidos. Os valores estimados dos materiais foram levantados por meio de cotação (D41279) anexa aos autos deste processo.

10.2. RELAÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO (MENSAL/ANUAL):

10.2.1. COMARCA DE RIO BRANCO (CAPITAL)

A Comarca de Rio Branco, por concentrar a Sede Administrativa, o Fórum Barão do Rio Branco, a Cidade da Justiça e diversas outras unidades judiciárias e administrativas, demanda o maior volume de insumos e a maior complexidade de equipamentos. A especificação inclui maquinário de alto desempenho, como lavadoras e secadoras de piso automatizadas e lavadoras de alta pressão, essenciais para a manutenção das extensas áreas de circulação e fachadas. A contratada deverá prover os itens listados a seguir, garantindo a reposição contínua e a manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos.

Item	Descrição do Produto (Material de Limpeza e Conservação)	Unidade	Qtde Mensal	Qtde Anual
01	Álcool 96º	Litro	110	1.320
02	Água sanitária	Litro	180	2.160
03	Desodorizador de ar spray "Bom ar" ou similar 400ml	Frasco	100	1.200
04	Esponja dupla face	Unidade	110	1.320
05	Esponja de aço	Pacote	4	48
06	Flanela (40 x 50)	Unidade	108	1.296
07	Limpa vidros 500ml	Frasco	80	960
08	Lustra móveis 200 ml	Frasco	60	720
09	Luva de borracha "M"	Par	60	720
10	Luva de borracha "G"	Par	18	216
11	Óleo de peroba 200 ml	Unidade	60	720

12	Pano de chão comum tipo saco de algodão (pacote com 03 und)	Pacote	80	960
13	Papel higiênico dupla face e picotado (pacote com 4 x 30m)	Pacote	1.300	15.600
14	Papel toalha cor branca (22 cm x 23 cm) folhas soltas (fardo com 1.000 unid)	Fardo	320	3.840
15	Pedra sanitária desodorizante 25g	Unidade	576	6.912
16	Removedor de ceras	Litro	30	360
17	Sabão em barra – pacote contendo 05 unidades	Pacote	40	480
18	Sabão em pó biodegradável 01 kg	Kg	80	960
19	Sabonete líquido cremoso perfumado	Litro	180	2.160
20	Saco para lixo 100 litros (25 x 5)	Fardo	36	432
21	Saco para lixo 30 litros (25 x 10)	Fardo	45	540
22	Desinfetante	Litro	300	1.200
23	Multiuso de 500ml	Frasco	124	1.488
24	Inseticida Detefon de 400ml	Frasco	60	720
25	Sapólio em pó de 300g	Unidade	114	1.368
26	Vassoura de Piaçava	Unidade	60	720
27	Vassoura de Pêlo	Unidade	10	120
28	Cera líquida incolor	Litros	10	120

29	Cera líquida preta	Litros	2	24
30	Aromatizador Click Spray com Refil	Unidade	26	312
31	Aromatizador de Ambiente Automático Aerossol com Refil	Unidade	26	312

Para a adequada execução dos serviços na Capital, faz-se necessária também a disponibilização dos seguintes utensílios, acessórios e equipamentos permanentes, cujos quantitativos devem ser observados para garantir a produtividade das equipes.

Item	Descrição do Produto (Utensílios e Acessórios - Rio Branco)	Unidade	Qtde Trimestral	Qtde Anual
01	Rodo 40 CM	Unidade	48	192
02	Rodo de 60cm	Unidade	8	32
03	Cabo longo para rodo	Unidade	56	224
04	Escova de lavar roupa	Unidade	24	96
05	Escova de lavar vaso sanitário	Unidade	48	192
06	Baldes preto	Unidade	24	96
07	Vassoura tipo gari	Unidade	8	32
08	Espanador	Unidade	5	20
09	Pá coletora de lixo	Unidade	48	192
Item	Descrição do Equipamento (Rio Branco)	Unidade	Qtde Vigência	

01	Escada 12 (doze) degraus	Unidade	01
02	Lava jato (Sede, Cidade da Justiça e Fórum Barão)	Unidade	03
03	Carrinho para transporte p/ limpeza interna e externa	Unidade	48
04	Carro de mão (Sede, Cidade da Justiça e Fórum Barão)	Unidade	03
05	Aspirador de pó	Unidade	01
06	Escada 07 (sete) degraus (Sede, Cidade da Justiça e Fórum)	Unidade	04
07	Mangueira 3/4 trançada – 200 metros (Sede, Cid. Justiça e Fórum)	Unidade	04

10.2.2. COMARCA DE ACRELÂNDIA

A unidade judiciária de Acrelândia possui demanda compatível com seu porte, exigindo abastecimento regular de itens básicos de higiene e conservação predial.

Item	Descrição do Produto	Unidade	Qtde Mensal	Qtde Anual
01	Álcool 96º	Litro	3	36
02	Água sanitária	Litro	8	96
03	Desodorizador de ar spray 400ml	Frasco	4	48
04	Esponja dupla face	Unidade	4	48
05	Esponja de aço	Pacote	1	12

06	Flanela (40 x 50)	Unidade	3	36
07	Limpa vidros 500ml	Frasco	2	24
08	Lustra móveis 200 ml	Frasco	2	24
09	Luva de borracha "M"	Par	2	24
10	Óleo de peroba 200 ml	Unidade	2	24
11	Pano de chão comum (pct 03 und)	Pacote	2	24
12	Papel higiênico dupla face (pct 4 x 30m)	Pacote	16	192
13	Papel toalha cor branca (fardo 1.000 unid)	Fardo	24	288
14	Pedra sanitária desodorizante 25g	Unidade	21	252
15	Removedor de ceras	Litro	2	24
16	Sabão em barra (pct 05 und)	Pacote	1	12
17	Sabão em pó biodegradável 1kg	Kg	4	48
18	Sabonete líquido cremoso perfumado	Litro	5	60
19	Saco para lixo 100 litros (25 x 5)	Fardo	2	24
20	Saco para lixo 30 litros (25 x 10)	Fardo	3	36
21	Desinfetante	Litro	6	72
22	Multiuso de 500ml	Frasco	4	48
23	Detergente lava louça de 500ml	Frasco	4	48

24	Inseticida Detefon de 400ml	Frasco	3	36
25	Sapólio em pó de 300g	Unidade	2	24
26	Vassoura de Piaçava	Unidade	1	12
27	Vassoura de Pêlo	Unidade	1	12
Item	Utensílios e Acessórios (Acrelândia)	Unidade	Qtde Trimestral	Qtde Anual
01	Rodo 40 CM	Unidade	2	8
02	Rodo de 60cm	Unidade	1	4
03	Cabo longo para rodo	Unidade	1	4
04	Escova de lavar roupa	Unidade	1	4
05	Escova de lavar vaso sanitário	Unidade	2	8
06	Balde preto	Unidade	2	8
07	Vassoura tipo gari	Unidade	1	4
08	Espanador	Unidade	1	4
09	Pá coletora de lixo	Unidade	1	4
Item	Equipamentos (Acrelândia)	Unidade	Qtde Vigência	

01	Lava jato	Unidade	01
02	Carrinho para transporte	Unidade	01
03	Aspirador de pó	Unidade	01
04	Escada 07 (sete) degraus	Unidade	01
05	Mangueira 3/4 trançada – 50 metros	Unidade	01

10.2.3. COMARCA DE ASSIS BRASIL

Localizada em região de fronteira, a comarca demanda logística eficiente para garantir a chegada dos materiais listados abaixo.

Item	Descrição do Produto	Unidade	Qtde Mensal	Qtde Anual
01	Álcool 96º	Litro	6	72
02	Água sanitária	Litro	16	192
03	Desodorizador de ar spray 400ml	Frasco	8	96
04	Esponja dupla face	Unidade	8	96
05	Esponja de aço	Pacote	2	24
06	Flanela (40 x 50)	Unidade	6	72
07	Limpa vidros 500ml	Frasco	4	48
08	Lustra móveis 200 ml	Frasco	4	48

09	Luva de borracha "M"	Par	4	48
10	Óleo de peroba 200 ml	Unidade	4	48
11	Pano de chão comum (pct 03 und)	Pacote	4	48
12	Papel higiênico dupla face (pct 4 x 30m)	Pacote	32	384
13	Papel toalha cor branca (fardo 1.000 unid)	Fardo	48	576
14	Pedra sanitária desodorizante 25g	Unidade	42	504
15	Removedor de ceras	Litro	4	48
16	Sabão em barra (pct 05 und)	Pacote	2	48
17	Sabão em pó biodegradável 1kg	Kg	8	96
18	Sabonete líquido cremoso perfumado	Litro	10	120
19	Saco para lixo 100 litros (25 x 5)	Pacote	4	48
20	Saco para lixo 30 litros (25x 10)	Pacote	6	72
21	Desinfetante	Litro	12	144
22	Multiuso 500ml	Frasco	8	96
23	Detergente lava louça	Frasco	8	96
24	Inseticida Detefon de 400ml	Frasco	6	72
25	Sapólio em pó de 300g	Unidade	4	48
26	Vassoura de Piaçava	Unidade	2	24

27	Vassoura de Pêlo	Unidade	2	24
Item	Utensílios e Acessórios (Assis Brasil)	Unidade	Qtde Trimestral	Qtde Anual
01	Rodo 40 CM	Unidade	4	16
02	Cabo longo para rodo	Unidade	2	8
03	Escova de lavar roupa	Unidade	2	8
04	Escova de lavar vaso sanitário	Unidade	4	16
05	Balde preto	Unidade	4	16
06	Vassoura tipo gari	Unidade	2	12
07	Vassoura Nylon	Unidade	2	12
08	Espanador	Unidade	2	8
09	Pá coletora de lixo	Unidade	2	8
Item	Equipamentos (Assis Brasil)	Unidade	Qtde Vigência	
01	Lava jato	Unidade	01	
02	Carrinho para transporte	Unidade	01	
03	Aspirador de pó	Unidade	01	

04	Escada 07 (sete) degraus	Unidade	01
05	Mangueira 3/4 trançada – 80 metros	Unidade	01

10.2.4. COMARCA DE BRASILÉIA

A Comarca de Brasiléia apresenta volume significativo de atendimento, refletindo-se nas quantidades de materiais de consumo e na necessidade de múltiplos carrinhos de transporte.

Item	Descrição do Produto	Unidade	Qtde Mensal	Qtde Anual
01	Álcool 96º	Litro	6	72
02	Água sanitária	Litro	16	192
03	Desodorizador de ar spray 400ml	Frasco	8	96
04	Esponja dupla face	Unidade	8	96
05	Esponja de aço	Pacote	2	24
06	Flanela (40 x 50)	Unidade	4	72
07	Limpa vidros 500ml	Frasco	4	48
08	Lustra móveis 200 ml	Frasco	4	48
09	Luva de borracha “M”	Par	4	48
10	Óleo de peroba 200 ml	Unidade	4	48
11	Pano de chão comum (pct 03 und)	Pacote	4	48

12	Papel higiênico dupla face (pct 4 x 30m)	Pacote	32	384
13	Papel toalha cor branca (fardo 1.000 unid)	Fardo	48	576
14	Pedra sanitária desodorizante 25g	Unidade	42	504
15	Removedor de ceras	Litro	4	48
16	Sabão em barra (pct 05 und)	Pacote	2	24
17	Sabão em pó biodegradável 1kg	Kg	8	96
18	Sabonete líquido cremoso perfumado	Litro	10	120
19	Saco para lixo 100 litros (25 x 5)	Fardo	4	48
20	Saco para lixo 30 litros (25x 10)	Fardo	6	72
21	Desinfetante	Litro	12	144
22	Multiuso 500ml	Frasco	8	96
23	Detergente lava louça de 500ml	Frasco	8	96
24	Inseticida Detefon de 400ml	Frasco	6	72
25	Sabólio em pó de 300g	Unidade	4	48
26	Vassoura de Piaçava	Unidade	2	24
27	Vassoura de Pêlo	Unidade	2	24

Item	Utensílios e Acessórios (Brasiléia)	Unidade	Qtde Trimestral	Qtde Anual
01	Rodos 40 CM	Unidade	4	16
02	Rodo de 60cm	Unidade	2	8
03	Cabo longo para rodo	Unidade	2	8
04	Escova de lavar roupa	Unidade	4	8
05	Escova de lavar vaso sanitário	Unidade	2	16
06	Baldes preto	Unidade	2	16
07	Vassoura tipo gari	Unidade	2	8
08	Espanador	Unidade	2	8
09	Pá coletora de lixo	Unidade	2	8
Item	Equipamentos (Brasiléia)	Unidade	Qtde Vigência	
01	Lava jato	Unidade	01	
02	Carrinho para transporte	Unidade	02	
03	Carro de mão	Unidade	01	
04	Aspirador de pó	Unidade	01	
05	Escada 07 (sete) degraus	Unidade	01	

06	Mangueira 3/4 trançada – 50 metros	Unidade	01
----	------------------------------------	---------	----

10.2.5. COMARCA DE BUJARI

Próxima à capital, a unidade do Bujari possui estrutura compacta, demandando os seguintes itens para a manutenção de suas instalações.

Item	Descrição do Produto	Unidade	Qtde Mensal	Qtde Anual
01	Álcool 96º	Litro	6	72
02	Água sanitária	Litro	16	192
03	Desodorizador de ar spray 400ml	Frasco	8	96
04	Esponja dupla face	Unidade	8	96
05	Esponja de aço	Pacote	2	24
06	Flanela (40 x 50)	Unidade	4	72
07	Limpa vidros 500ml	Frasco	4	48
08	Lustra móveis 200 ml	Frasco	4	48
09	Luva de borracha “M”	Par	4	48
10	Óleo de peroba 200 ml	Unidade	4	48
11	Pano de chão comum (pct 03 und)	Pacote	4	48
12	Papel higiênico dupla face (pct 4 x 30m)	Pacote	32	384

13	Papel toalha cor branca (fardo 1.000 unid)	Fardo	48	576
14	Pedra sanitária desodorizante 25g	Unidade	42	504
15	Removedor de ceras	Litro	4	48
16	Sabão em barra (pct 05 und)	Pacote	2	24
17	Sabão em pó biodegradável 1kg	Kg	8	96
18	Sabonete líquido cremoso perfumado	Litro	10	120
19	Saco para lixo 100 litros (25 x 5)	Fardo	4	48
20	Saco para lixo 30 litros (25x 10)	Fardo	6	72
21	Desinfetante	Litro	12	144
22	Multiuso 500ml	Frasco	8	96
23	Detergente lava louça de 500ml	Frasco	8	96
24	Inseticida Detefon de 400ml	Frasco	6	72
25	Sapólio em pó de 300g	Unidade	4	48
26	Vassoura de Piaçava	Unidade	2	24
27	Vassoura de Pêlo	Unidade	2	24
Item	Utensílios e Acessórios (Bujari)	Unidade	Qtde Trimestral	Qtde Anual

01	Rodo 40 CM	Unidade	2	8
02	Rodo de 60cm	Unidade	1	4
03	Cabo longo para rodo	Unidade	1	4
04	Escova de lavar roupa	Unidade	1	4
05	Escova de lavar vaso sanitário	Unidade	2	8
06	Balde preto	Unidade	2	8
07	Vassoura de gari	Unidade	1	4
08	Espanador	Unidade	1	4
09	Pá coletora de lixo	Unidade	1	4
Item	Equipamentos (Bujari)	Unidade	Qtde Vigência	
01	Lava jato	Unidade	01	
02	Carrinho para transporte	Unidade	01	
03	Aspirador de pó	Unidade	01	
04	Escada 07 (sete) degraus	Unidade	01	
05	Mangueira 3/4 trançada – 50 metros	Unidade	01	

10.2.6. COMARCA DE CAPIXABA

A Comarca de Capixaba apresenta necessidades específicas de materiais de limpeza que devem ser supridas integralmente pela contratada, com especial atenção à periodicidade de entrega.

Item	Descrição do Produto	Unidade	Qtde Mensal	Qtde Anual
01	Álcool 96º	Litro	3	36
02	Água sanitária	Litro	8	96
03	Desodorizador de ar spray 400ml	Frasco	4	48
04	Esponja dupla face	Unidade	4	48
05	Esponja de aço	Pacote	1	12
06	Flanela (40 x 50)	Unidade	3	36
07	Limpa vidros 500ml	Frasco	2	24
08	Lustra móveis 200 ml	Frasco	2	24
09	Luvas de borracha "M"	Par	2	24
10	Luva de borracha "G"	Par	2	24
11	Óleo de peroba 200 ml	Unidade	2	24
12	Pano de chão comum (pct 03 und)	Pacote	2	24
13	Papel higiênico dupla face (pct 4 x 30m)	Pacote	16	192
14	Papel toalha cor branca (fardo 1.000 unid)	Fardo	24	288
15	Pedra sanitária desodorizante 25g	Unidade	21	252

16	Removedor de ceras	Litro	2	24
17	Sabão em barra (pct 05 und)	Pacote	1	12
18	Sabão em pó biodegradável 1kg	Kg	4	48
19	Sabonete líquido cremoso perfumado	Litro	5	60
20	Saco para lixo 100 litros (25 x 5)	Fardo	2	24
21	Saco para lixo 30 litros (25 x 10)	Fardo	3	36
22	Desinfetante	Litros	6	72
23	Multiuso de 500ml	Frasco	4	48
24	Detergente lava louça de 500ml	Frasco	4	48
25	Inseticida Detefon 400ml	Frasco	3	36
26	Sapólio em pó de 300g	Unidade	2	24
27	Vassoura de Piaçava	Unidade	1	12
28	Vassouras de Pêlo	Unidade	1	12
Item	Utensílios e Acessórios (Capixaba)	Unidade	Qtde Trimestral	Qtde Anual
01	Rodo 40 CM	Unidade	2	8
02	Rodo de 60cm	Unidade	1	4

03	Cabo longo para rodo	Unidade	1	4
04	Escova de lavar roupa	Unidade	1	4
05	Escova de lavar vaso sanitário	Unidade	2	8
06	Balde preto	Unidade	2	8
07	Vassoura tipo gari	Unidade	1	4
08	Espanador	Unidade	1	4
09	Pá coletora de lixo	Unidade	1	4
Item	Equipamentos (Capixaba)	Unidade	Qtde Vigência	
01	Lava jato	Unidade	01	
02	Carrinho para transporte	Unidade	01	
03	Aspirador de pó	Unidade	01	
04	Escada 07 (sete) degraus	Unidade	01	
05	Mangueira 3/4 trançada – 50 metros	Unidade	01	

10.2.7. COMARCA DE EPITACIOLÂNDIA

Unidade judiciária de médio porte na região de fronteira, requerendo insumos em quantidade adequada ao fluxo de pessoas e à necessidade de higienização constante.

Item	Descrição do Produto	Unidade	Qtde Mensal	Qtde Anual
01	Álcool 96º	Litro	6	72
02	Água sanitária	Litro	16	192
03	Desodorizador de ar spray 400ml	Frasco	8	96
04	Esponja dupla face	Unidade	8	96
05	Esponja de aço	Pacote	2	24
06	Flanela (40 x 50)	Unidade	6	72
07	Limpa vidros 500ml	Frasco	4	48
08	Lustra móveis 200 ml	Frasco	4	48
09	Luva de borracha "M"	Par	4	48
10	Luva de borracha "G"	Par	4	48
11	Óleo de peroba 200 ml	Unidade	4	48
12	Pano de chão comum (pct 03 und)	Pacote	4	48
13	Papel higiênico dupla face (pct 4 x 30m)	Pacote	32	384
14	Papel toalha cor branca (fardo 1.000 unid)	Fardo	48	576
15	Pedra sanitária desodorizante 25g	Unidade	42	504
16	Removedor de ceras	Litro	4	48

17	Sabão em barra (pct 05 und)	Pacote	2	24
18	Sabão em pó biodegradável 1kg	Kg	8	96
19	Sabonete líquido cremoso perfumado	Litro	10	120
20	Saco para lixo 100 litros (25 x 5)	Fardo	4	48
21	Saco para lixo 30 litros (25 x 10)	Fardo	6	72
22	Desinfetante	Litros	12	144
23	Multiuso de 500ml	Frasco	8	96
24	Detergente lava louça de 500ml	Frasco	8	96
25	Inseticida Detefon de 400ml	Frasco	6	72
26	Sapólio em pó de 30g	Unidade	4	48
27	Vassoura de Piaçava	Unidade	2	24
28	Vassoura de Pêlo	Unidade	2	24
Item	Utensílios e Acessórios (Epitaciolândia)	Unidade	Qtde Mensal	Qtde Anual
01	Rodo 40 CM	Unidade	2	24
02	Cabo longo para rodo	Unidade	2	24
03	Escova de lavar roupa	Unidade	2	24

04	Escova de lavar vaso sanitário	Unidade	2	24
05	Balde preto	Unidade	2	24
06	Vassoura Nylon	Unidade	2	24
07	Espanador	Unidade	2	24
08	Pá coletora de lixo (Trimestral)	Unidade	2	8
Item	Equipamentos (Epitaciolândia)	Unidade	Qtde Vigência	
01	Lava jato	Unidade	01	
02	Carrinho para transporte	Unidade	01	
03	Aspirador de pó	Unidade	01	
04	Escada 07 (sete) degraus	Unidade	01	
05	Mangueira 3/4 trançada – 50 metros	Unidade	01	

10.2.8. COMARCA DE MANOEL URBANO

Para a comarca de Manoel Urbano, a estimativa de materiais e utensílios foi dimensionada para cobrir todas as áreas internas e externas, assegurando a continuidade do serviço.

Item	Descrição do Produto	Unidade	Qtde Mensal	Qtde Anual
01	Álcool 96º	Litro	4	48

02	Água sanitária	Litro	8	96
03	Desodorizador de ar spray 400ml	Frasco	5	60
04	Esponja dupla face	Unidade	4	48
05	Esponja de aço	Pacote	4	48
06	Flanela (40 x 50)	Unidade	6	72
07	Limpa vidros 500ml	Frasco	4	48
08	Lustra móveis 200 ml	Frasco	4	48
09	Luva de borracha "M"	Par	2	24
10	Óleo de peroba 200 ml	Unidade	2	24
11	Pano de chão comum (pct 03 und)	Pacote	2	24
12	Papel higiênico dupla face (pct 4 und)	Pacote	32	384
13	Papel toalha cor branca folhas soltas	Rolos	48	576
14	Pedra sanitária desodorizante 25g	Unidade	15	180
15	Removedor de ceras	Litro	4	48
16	Sabão em barra (pct 05 und)	Pacote	2	24
17	Sabão em pó biodegradável 1kg	Kg	4	48
18	Sabonete líquido cremoso perfumado	Litro	2	24
19	Saco para lixo 100 litros (25 pacotes)	Fardo	1	12

20	Saco para lixo 30 litros (25 pacotes)	Fardo	1	12
21	Desinfetante	Litro	6	72
22	Multiuso	Frasco	2	24
23	Detergente lava louça	Frasco	4	48
24	Inseticida Detefon	Frasco	3	36
25	Sapólio em pó	Unidade	4	48
26	Vassoura de Piaçava	Unidade	2	24
27	Vassoura de Pêlo	Unidade	2	24
Item	Utensílios e Acessórios (Manoel Urbano)	Unidade	Qtde Mensal	Qtde Anual
01	Rodo 40 CM	Unidade	1	12
02	Cabo longo para rodo	Unidade	1	12
03	Escova de lavar roupa	Unidade	1	12
04	Escova de lavar vaso sanitário	Unidade	2	24
05	Balde preto	Unidade	1	12
06	Vassoura Nylon	Unidade	2	24
07	Espanador	Unidade	1	12

08	Pá coletora de lixo (Trimestral)	Unidade	1	4
Item	Equipamentos (Manoel Urbano)	Unidade	Qtde Vigência	
01	Lava jato	Unidade	01	
02	Carrinho para transporte	Unidade	01	
03	Aspirador de pó	Unidade	01	
04	Escada 07 (sete) degraus	Unidade	01	
05	Mangueira 3/4 trançada - 50 metros	Unidade	01	

10.2.9. COMARCA DE PLÁCIDO DE CASTRO

A comarca necessita de suprimentos robustos para manutenção de higiene, conforme listagem a seguir, destacando-se o consumo de desinfetante e papel toalha.

Item	Descrição do Produto	Unidade	Qtde Mensal	Qtde Anual
01	Álcool 96º	Litro	4	48
02	Água sanitária	Litro	8	96
03	Desodorizador de ar spray 400ml	Frasco	7	84
04	Esponja dupla face	Unidade	4	48
05	Esponja de aço	Pacote	4	48

06	Flanela (40 x 50)	Unidade	6	72
07	Limpa vidros 500ml	Frasco	4	48
08	Lustra móveis 200 ml	Frasco	4	48
09	Luva de borracha "M"	Par	2	24
10	Luva de borracha "G"	Par	2	24
11	Óleo de peroba 200 ml	Unidade	2	24
12	Pano de chão comum (pct 03 und)	Pacote	3	36
13	Papel higiênico dupla face (pct 4 und)	Pacote	32	384
14	Papel toalha cor branca folhas soltas	Rolos	48	576
15	Pedra sanitária desodorizante 25g	Unidade	15	180
16	Removedor de ceras	Litro	4	48
17	Sabão em barra (pct 05 und)	Pacote	2	24
18	Sabão em pó biodegradável 1kg	Kg	4	48
19	Sabonete líquido cremoso perfumado	Litro	2	24
20	Saco para lixo 100 litros (25 pacotes)	Fardo	1	12
21	Saco para lixo 30 litros (25 pacotes)	Fardo	1	12
22	Desinfetante	Litro	15	180
23	Multiuso	Frasco	4	48

24	Detergente lava louça	Frasco	5	60
25	Inseticida Detefon	Frasco	4	48
26	Sapólio em pó	Unidade	2	24
27	Vassoura de Piaçava	Unidade	2	24
28	Vassoura de Pêlo	Unidade	2	24
Item	Utensílios e Acessórios (Plácido de Castro)	Unidade	Qtde Mensal	Qtde Anual
01	Rodo 40 CM	Unidade	2	24
02	Cabo longo para rodo	Unidade	2	24
03	Escova de lavar roupa	Unidade	2	24
04	Escova de lavar vaso sanitário	Unidade	4	48
05	Balde preto	Unidade	2	24
06	Vassoura Nylon	Unidade	2	24
07	Espanador	Unidade	2	24
08	Pá coletora de lixo (Trimestral)	Unidade	2	8
Item	Equipamentos (Plácido de Castro)	Unidade	Qtde Vigência	

01	Lava jato	Unidade	01
02	Carrinho para transporte	Unidade	01
03	Aspirador de pó	Unidade	01
04	Escada 07 (sete) degraus	Unidade	01
05	Mangueira 3/4 trançada – 50 metros	Unidade	01

10.2.10. COMARCA DE PORTO ACRE

Para o atendimento ao Centro Integrado da Cidadania (CIC) de Porto Acre, as quantidades foram ajustadas à realidade da unidade.

Item	Descrição do Produto	Unidade	Qtde Mensal	Qtde Anual
01	Álcool 96º	Litro	1	12
02	Água sanitária	Litro	3	36
03	Desodorizador de ar spray 400ml	Frasco	2	24
04	Esponja dupla face	Unidade	4	48
05	Esponja de aço	Pacote	2	24
06	Flanela (40 x 50)	Unidade	5	60
07	Limpa vidros 500ml	Frasco	2	24
08	Lustra móveis 200 ml	Frasco	2	24
09	Luva de borracha “M”	Par	2	24

10	Óleo de peroba 200 ml	Unidade	2	24
11	Pano de chão comum (pct 03 und)	Pacote	1	12
12	Papel higiênico dupla face (pct 4 und)	Pacote	16	192
13	Papel toalha cor branca folhas soltas	Rolos	24	288
14	Pedra sanitária desodorizante 25g	Unidade	10	120
15	Removedor de ceras	Litro	2	24
16	Sabão em barra (pct 05 und)	Pacote	1	12
17	Sabão em pó biodegradável 1kg	Kg	2	24
18	Sabonete líquido cremoso perfumado	Litro	2	24
19	Saco para lixo 100 litros (25 pacotes)	Pacotes	15	180
20	Saco para lixo 30 litros (25 pacotes)	Pacotes	15	180
21	Desinfetante	Litros	6	72
22	Multiuso	Frasco	2	24
23	Detergente lava louça	Frasco	4	48
24	Inseticida Detefon	Frasco	2	24
25	Sapólio em pó	Unidade	2	24
26	Vassoura de Piaçava	Unidade	1	12
27	Vassoura de Pêlo	Unidade	1	12

Item	Utensílios e Acessórios (Porto Acre)	Unidade	Qtde Mensal	Qtde Anual
01	Rodo 40 CM	Unidade	1	12
02	Cabo longo para rodo	Unidade	1	12
03	Escova de lavar roupa	Unidade	1	12
04	Escova de lavar vaso sanitário	Unidade	2	24
05	Balde preto	Unidade	1	12
06	Vassoura Nylon	Unidade	1	12
07	Espanador	Unidade	1	12
08	Pá coletora de lixo (Trimestral)	Unidade	1	4
Item	Equipamentos (Porto Acre)	Unidade	Qtde Vigência	
01	Lava jato	Unidade	01	
02	Carrinho para transporte	Unidade	01	
03	Aspirador de pó	Unidade	01	
04	Escada 07 (sete) degraus	Unidade	01	
05	Mangueira 3/4 trançada – 50 metros	Unidade	01	

10.2.11. COMARCA DE SENA MADUREIRA

Sena Madureira, uma das comarcas mais antigas e movimentadas, exige uma lista abrangente de materiais, incluindo cera líquida e grandes volumes de papel toalha e higiênico.

Item	Descrição do Produto	Unidade	Qtde Mensal	Qtde Anual
01	Álcool 96º	Litro	4	48
02	Água sanitária	Litro	12	144
03	Desodorizador de ar spray 400ml	Frasco	8	96
04	Esponja dupla face	Unidade	4	48
05	Esponja de aço	Pacote	4	48
06	Flanela (40 x 50)	Unidade	5	60
07	Limpa vidros 500ml	Frasco	4	48
08	Lustra móveis 200 ml	Frasco	4	48
09	Luva de borracha "M"	Par	3	36
10	Luva de borracha "G"	Par	3	36
11	Óleo de peroba 200 ml	Unidade	3	36
12	Pano de chão comum (pct 03 und)	Pacote	4	48
13	Papel higiênico dupla face (pct 4 und)	Pacote	48	576
14	Papel toalha cor branca folhas soltas	Rolos	72	864

15	Pedra sanitária desodorizante 25g	Unidade	15	180
16	Removedor de ceras	Litro	5	60
17	Sabão em barra (pct 05 und)	Pacote	3	36
18	Sabão em pó biodegradável 1kg	Kg	4	48
19	Sabonete líquido cremoso perfumado	Litro	5	60
20	Saco para lixo 100 litros (25 pacotes)	Fardo	1	12
21	Saco para lixo 30 litros (25 pacotes)	Fardo	1	12
22	Desinfetante	Litro	12	144
23	Multiuso	Frasco	4	48
24	Detergente lava louça	Frasco	4	48
25	Inseticida Detefon	Frasco	4	48
26	Sapólio em pó	Unidade	3	36
27	Vassoura de Piaçava	Unidade	2	24
28	Vassoura de Pêlo	Unidade	2	24
29	Cera líquida vermelha – saco 50 lts	Fardo	1	12
Item	Utensílios e Acessórios (Sena Madureira)	Unidade	Qtde Mensal	Qtde Anual

01	Rodo 40 CM	Unidade	1	12
02	Cabo longo para rodo	Unidade	1	12
03	Escova de lavar roupa	Unidade	1	12
04	Escova de lavar vaso sanitário	Unidade	2	24
05	Balde preto	Unidade	1	12
06	Vassoura Nylon	Unidade	1	12
07	Espanador	Unidade	1	12
08	Pá coletora de lixo (Trimestral)	Unidade	1	4
Item	Equipamentos (Sena Madureira)	Unidade	Qtde Vigência	
01	Lava jato	Unidade	01	
02	Carrinho para transporte	Unidade	01	
03	Aspirador de pó	Unidade	01	
04	Escada 07 (sete) degraus	Unidade	01	
05	Mangueira 3/4 trançada – 50 metros	Unidade	01	

10.2.12. COMARCA DE SENADOR GUIOMARD

A Comarca de Senador Guimard apresenta demanda consistente, exigindo materiais de limpeza geral e equipamentos adequados para a área externa e interna.

Item	Descrição do Produto	Unidade	Qtde Mensal	Qtde Anual
01	Álcool 96º	Litro	4	48
02	Água sanitária	Litro	8	96
03	Desodorizador de ar spray 400ml	Frasco	7	84
04	Esponja dupla face	Unidade	4	48
05	Esponja de aço	Pacote	4	48
06	Flanela (40 x 50)	Unidade	5	60
07	Limpa vidros 500ml	Frasco	4	48
08	Lustra móveis 200 ml	Frasco	3	36
09	Luva de borracha "M"	Par	3	36
10	Luva de borracha "G"	Par	3	36
11	Óleo de peroba 200 ml	Unidade	4	48
12	Pano de chão comum (pct 03 und)	Pacote	3	36
13	Papel higiênico dupla face (pct 4 und)	Pacote	48	576
14	Papel toalha cor branca folhas soltas	Rolos	72	864
15	Pedra sanitária desodorizante 25g	Unidade	20	240

16	Removedor de ceras	Litro	5	60
17	Sabão em barra (pct 05 und)	Pacote	2	24
18	Sabão em pó biodegradável 1kg	Kg	4	48
19	Sabonete líquido cremoso perfumado	Litro	5	60
20	Saco para lixo 100 litros (25 pacotes)	Fardo	1	12
21	Saco para lixo 30 litros (25 pacotes)	Fardo	2	24
22	Desinfetante	Litros	10	120
23	Multiuso	Frasco	7	84
24	Detergente lava louça	Frasco	5	60
25	Inseticida Deteфон	Frasco	3	36
26	Sapólio em pó	Unidade	4	48
27	Vassoura de Piaçava	Unidade	3	36
28	Vassoura de Pêlo	Unidade	3	36
Item	Utensílios e Acessórios (Senador Guimard)	Unidade	Qtde Mensal	Qtde Anual
01	Rodo 40 CM	Unidade	2	24
02	Cabo longo para rodo	Unidade	2	24

03	Escova de lavar roupa	Unidade	3	36
04	Escova de lavar vaso sanitário	Unidade	4	48
05	Balde preto	Unidade	2	24
06	Vassoura tipo gari	Unidade	2	24
07	Vassoura Nylon	Unidade	2	24
08	Espanador	Unidade	2	24
09	Pá coletora de lixo (Trimestral)	Unidade	2	8
Item	Equipamentos (Senador Guimard)	Unidade	Qtde Vigência	
01	Lava jato	Unidade	01	
02	Carrinho para transporte	Unidade	01	
03	Aspirador de pó	Unidade	01	
04	Escada 07 (sete) degraus	Unidade	01	
05	Mangueira 3/4 trançada – 50 metros	Unidade	01	

10.2.13. COMARCA DE XAPURI

Em Xapuri, a manutenção predial exige os insumos listados abaixo, essenciais para a conservação do patrimônio histórico e funcional da comarca.

Item	Descrição do Produto	Unidade	Qtde Mensal	Qtde Anual
01	Álcool 96º	Litro	4	48
02	Água sanitária	Litro	8	96
03	Desodorizador de ar spray 400ml	Frasco	6	72
04	Esponja dupla face	Unidade	4	48
05	Esponja de aço	Pacote	2	24
06	Flanela (40 x 50)	Unidade	4	48
07	Limpa vidros 500ml	Frasco	4	48
08	Lustra móveis 200 ml	Frasco	4	48
09	Luva de borracha "G"	Par	2	24
10	Óleo de peroba 200 ml	Unidade	2	24
11	Pano de chão comum (pct 03 und)	Pacote	2	24
12	Papel higiênico dupla face (pct 4 und)	Pacote	32	384
13	Papel toalha cor branca folhas soltas	Rolos	48	576
14	Pedra sanitária desodorizante 25g	Unidade	12	144
15	Removedor de ceras	Litro	5	60
16	Sabão em barra (pct 05 und)	Pacote	2	24

17	Sabão em pó biodegradável 1kg	Kg	4	48
18	Sabonete líquido cremoso perfumado	Litro	5	60
19	Saco para lixo 100 litros (25 pacotes)	Fardo	1	12
20	Saco para lixo 30 litros (25 pacotes)	Fardo	1	12
21	Desinfetante	Litros	8	96
22	Multiuso	Frasco	6	72
23	Detergente lava louça	Frasco	4	48
24	Inseticida Detefon	Frasco	3	36
25	Sapólio em pó	Unidade	4	48
26	Vassoura de Piaçava	Unidade	2	24
27	Vassoura de Pêlo	Unidade	2	24
Item	Utensílios e Acessórios (Xapuri)	Unidade	Qtde Mensal	Qtde Anual
01	Rodo 40 CM	Unidade	1	12
02	Cabo longo para rodo	Unidade	1	12
03	Escova de lavar roupa	Unidade	2	24
04	Escova de lavar vaso sanitário	Unidade	2	24

05	Balde preto	Unidade	1	12
06	Vassoura Nylon	Unidade	2	24
07	Espanador	Unidade	1	12
08	Pá coletora de lixo (Trimestral)	Unidade	1	4
Item	Equipamentos (Xapuri)	Unidade	Qtde Vigência	
01	Lava jato	Unidade	01	
02	Carrinho para transporte	Unidade	01	
03	Aspirador de pó	Unidade	01	
04	Escada 07 (sete) degraus	Unidade	01	
05	Mangueira 3/4 trançada – 50 metros	Unidade	01	

10.2.14. CENTRO INTEGRADO DE CIDADANIA (CIC) DE SANTA ROSA DO PURUS

Por fim, a unidade isolada de Santa Rosa do Purus, que enfrenta desafios logísticos consideráveis, deve ser abastecida com os itens a seguir, garantindo a autossuficiência da limpeza local.

Item	Descrição do Produto	Unidade	Qtde Mensal	Qtde Anual
01	Álcool 96º	Litro	1	12
02	Água sanitária	Litro	3	36

03	Desodorizador de ar spray 400ml	Frasco	3	36
04	Esponja dupla face	Unidade	4	48
05	Esponja de aço	Pacote	2	24
06	Flanela (40 x 50)	Unidade	2	24
07	Limpa vidros 500ml	Frasco	1	12
08	Lustra móveis 200 ml	Frasco	2	24
09	Luva de borracha "M"	Par	2	24
10	Óleo de peroba 200 ml	Unidade	2	24
11	Pano de chão comum (pct 03 und)	Pacote	2	24
12	Papel higiênico dupla face (pct 4 und)	Pacote	10	120
13	Papel toalha cor branca folhas soltas	Pacotes	12	144
14	Pedra sanitária desodorizante 25g	Unidade	5	60
15	Removedor de ceras	Litro	2	24
16	Sabão em barra (pct 05 und)	Pacote	1	12
17	Sabão em pó biodegradável 1kg	Kg	2	24
18	Sabonete líquido cremoso perfumado	Litro	2	24
19	Saco para lixo 100 litros (25 pacotes)	Pacote	10	120
20	Saco para lixo 30 litros (25 pacotes)	Pacote	10	120

21	Desinfetante	Litros	6	72
22	Multiuso	Frasco	2	24
23	Detergente lava louça	Frasco	2	24
24	Inseticida Detefon	Frasco	1	12
25	Sapólio em pó	Unidade	2	24
26	Vassoura de Piaçava	Unidade	1	12
27	Vassoura de Pêlo	Unidade	1	12
Item	Utensílios e Acessórios (Santa Rosa do Purus)	Unidade	Qtde Mensal	Qtde Anual
01	Rodo 40 CM	Unidade	1	12
02	Cabo longo para rodo	Unidade	1	12
03	Escova de lavar roupa	Unidade	1	12
04	Escova de lavar vaso sanitário	Unidade	1	12
05	Balde preto	Unidade	2	24
06	Vassoura Nylon	Unidade	1	12
07	Espanador	Unidade	1	12
08	Pá coletora de lixo (Trimestral)	Unidade	1	4

Item	Equipamentos (Santa Rosa do Purus)	Unidade	Qtde Vigência
01	Escada 07 (sete) degraus	Unidade	01
02	Mangueira 3/4 trançada – 50 metros	Unidade	01

11. PREPOSTO

11.1. A CONTRATADA deverá manter preposto junto ao TJAC, aceito pela fiscalização, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente. Deverá ser indicado mediante carta de preposição contendo qualificação completa.

11.2. O preposto deverá apresentar-se à unidade fiscalizadora em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato para as tratativas iniciais e assinatura do Termo de Abertura do Livro de Ocorrências.

11.3. O preposto deve ter poderes para resolver problemas operacionais, administrativos e de pessoal de forma imediata.

11.5. FORNECIMENTO DE UNIFORMES

11.5.1. A CONTRATADA deverá fornecer uniformes completos conforme especificações do documento [D31131] e [D31136]:

Função/Setor	Periodicidade	Itens (quantidades e especificações)	Observações
Limpeza	Semestral	02 calças compridas (tecido apropriado); 03 camisas manga curta (malha/tecido) com identificação; 01 par de tênis ou sapatos de couro (sola de borracha)	—

Limpeza	Anual / conforme necessidade	01 par de botas galochas (lavagem); 01 capa de chuva resistente; 01 crachá; 01 kit EPI (luvas e máscaras)	—
Copeiragem	Semestral	02 calças ou saias jeans (altura do joelho); 02 camisas tipo gola pólo (cinza, azul escuro ou preta); 01 avental de napa	Avental: trimestral . Conforme [H22781] , cores preferenciais preto ou vermelho , priorizando calça e camiseta (1ª opção) ou vestido (2ª opção) .
Artífice / Carregador	(não informado)	01 par de luvas de proteção; 01 botina de couro (cano curto, preta); 01 faixa postural/cinta lombar; 01 máscara descartável; 04 camisas gola pólo (cinza, azul ou preta); 02 calças (jeans/brim/sarja); 01 crachá	—

12. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1. A gestão e fiscalização do contrato serão realizadas em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021, compreendendo o acompanhamento da execução técnica, administrativa e setorial.

12.2. Para tanto, figuram como equipe de fiscalização, conforme Portaria nº 4926/2025:

- a. **GESTORA:** ANA PAULA VIANA DE LIMA CARRILHO.
- b. **FISCAL TÉCNICO:** MATHEUS IBSEN MODESTO DE SALES.
- c. **FISCAL ADMINISTRATIVO:** CLEMILSON LAURENTINO DOS SANTOS
- d. **FISCAL SETORIAL:** Supervisor de cada Comarca/Unidade.

12.3. Compete ao Fiscal Técnico aferir a qualidade dos serviços prestados, utilizando o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), e anotar ocorrências.

12.4. Compete ao Fiscal Administrativo verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, analisando folhas de pagamento, recolhimentos de FGTS/INSS e concessão de benefícios.

12.5. O Fiscal Setorial acompanhará a execução in loco nas unidades descentralizadas, atestando a frequência e a realização das tarefas.

12.6. O Gestor coordena as atividades de fiscalização e analisa pedidos de repactuação, reequilíbrio e aplicação de sanções.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. A Contratada obriga-se a:

13.1.1. Executar os serviços com pontualidade, eficiência e qualidade, alocando mão de obra qualificada e em quantidade suficiente.

13.1.2. Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

13.1.3. Não transferir a terceiros, nem subcontratar o objeto, exceto o serviço específico de limpeza de fachadas de vidro em altura, mediante prévia autorização.

13.1.4. Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando em 24 horas qualquer empregado cuja conduta seja inconveniente.

13.1.5. Manter seu pessoal uniformizado e com crachá de identificação.

13.1.6. Cumprir rigorosamente as normas de segurança e medicina do trabalho, fornecendo todos os EPIs necessários.

13.1.7. Pagar os salários até o 5º dia útil do mês subsequente, preferencialmente em conta bancária, e fornecer os benefícios (alimentação e transporte) conforme a CCT da categoria.

13.1.8. Manter conta vinculada para provisão de encargos trabalhistas (férias, 13º, multa FGTS), autorizando o TJAC a realizar as retenções e pagamentos diretos em caso de inadimplência.

13.1.9. Apresentar mensalmente ao gestor toda a documentação comprovando a regularidade trabalhista e fiscal (folha de ponto, comprovantes de pagamento, GPS, GFIP, certidões).

13.1.10. Substituir imediatamente funcionários em caso de faltas, férias ou licenças, garantindo a continuidade do serviço sem ônus adicional para o Tribunal (custo de reposição já deve estar previsto na planilha).

13.1.11. Fornecer armários individuais para os funcionários guardarem seus pertences, quando houver espaço físico disponibilizado pelo TJAC.

13.1.12. Observar a proibição de contratação de familiares de agentes públicos do órgão contratante, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

14. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

14.1. A Contratante obriga-se a:

14.1.1. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços, permitindo o livre acesso aos locais de trabalho.

14.1.2. Disponibilizar local para guarda de materiais e equipamentos (DML).

14.1.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, comunicando as falhas e solicitando correções.

14.1.4. Efetuar os pagamentos devidos, mediante apresentação da Nota Fiscal e comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, restando os valores da conta vinculada.

14.1.5. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como exercer poder de mando direto sobre os empregados ou direcionar contratações.

15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1. Os serviços deverão ter início na data fixada na Ordem de Início ou no Contrato, observando-se a transição com a contratada anterior.

15.2. O objeto será recebido:

15.2.1. **Provisoriamente:** Pelo fiscal técnico/setorial, mediante relatório mensal de acompanhamento, aferindo a conformidade com o IMR.

15.2.2. **Definitivamente:** Pelo gestor do contrato ou comissão designada, em até 15 dias após o recebimento provisório, mediante verificação da regularidade fiscal e trabalhista e atesto da nota fiscal.

15.3. O aceite não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios ou irregularidades verificadas posteriormente.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento definitivo e apresentação da Nota Fiscal correta, condicionado à comprovação de regularidade fiscal e trabalhista.

16.2. A Nota Fiscal deverá ser emitida com o valor líquido, descontadas as retenções legais e a provisão da conta vinculada.

16.3. Em caso de irregularidade fiscal, o pagamento poderá ser retido até a regularização, ou o contrato poderá ser rescindido.

16.4. Nos casos de atraso no pagamento por culpa exclusiva da Administração, incidirá atualização financeira conforme índice IPCA-E ou outro que o substitua, *pro rata tempore*.

17. DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE DE PREÇOS

17.1. O contrato poderá ser repactuação para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, observando-se o interregno mínimo de 01 (um) ano.

17.2. Para os custos de mão de obra, o interregno conta-se a partir da data do acordo ou convenção coletiva vigente na data da apresentação da proposta. A repactuação repassará apenas a variação efetiva de custos decorrente de nova CCT.

17.3. Para os insumos e materiais, o interregno conta-se a partir da data da apresentação da proposta, utilizando-se índices oficiais (como IPCA) ou comprovação analítica de variação de custos de mercado.

17.4. É vedada a inclusão de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto se tornados obrigatórios por força de lei ou CCT.

18. DAS RETENÇÕES DE PROVISÕES DE ENCARGOS TRABALHISTAS (CONTA VINCULADA)

18.1. **Da Abertura da Conta Vinculada:** O TJAC solicitará a abertura de conta vinculada em nome da empresa para depósito das provisões de encargos trabalhistas (Férias, 1/3 Constitucional, 13º Salário e Multa FGTS).

18.2. **Das Retenções:** Mensalmente, será retido do valor da fatura o montante correspondente às rubricas provisionadas, conforme percentuais da planilha de custos aprovada.

18.3. **Da Liberação:** A liberação dos recursos da conta vinculada dependerá de autorização do TJAC e ocorrerá apenas mediante a comprovação da ocorrência do fato gerador (gozo de férias, pagamento de 13º, rescisão), com a apresentação dos respectivos recibos e comprovantes de pagamento ao trabalhador.

18.4. O saldo remanescente, se houver, será liberado à empresa ao final do contrato, após comprovação de quitação de todas as verbas rescisórias e inexistência de passivos trabalhistas.

19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

19.1. Será exigida a prestação de garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, a ser apresentada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura, podendo ser prorrogado por igual período.

19.2. Modalidades aceitas: Caução em dinheiro, Títulos da Dívida Pública, Seguro-Garantia ou Fiança Bancária (art. 96, § 1º da Lei 14.133/2021).

19.3. A garantia cobrirá prejuízos causados à Administração, multas aplicadas e obrigações trabalhistas e previdenciárias não adimplidas.

19.4. A garantia deverá ter validade durante toda a vigência contratual e por mais 90 dias após o seu término, até a liquidação de todas as obrigações.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, garantida a prévia defesa, a Administração poderá aplicar as seguintes sanções, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

20.1.1. **Advertência:** Para faltas leves que não acarretem prejuízo significativo.

20.1.2. **Multa:**

a) Moratória: 0,5% por dia de atraso injustificado no início dos serviços ou entrega de documentos.

b) Compensatória: De 10% a 30% sobre o valor do contrato em caso de inexecução parcial ou total.

c) Por descumprimento de obrigação acessória (ex: falta de uniforme, falta de material): valores fixos ou percentuais definidos no contrato.

20.1.3. **Impedimento de licitar e contratar:** Pelo prazo máximo de 3 (três) anos, para infrações graves descritas na lei.

20.1.4. **Declaração de inidoneidade:** Pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, para infrações gravíssimas ou atos ilícitos.

20.2. As multas poderão ser descontadas dos pagamentos devidos ou da garantia prestada.

21. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

21.1. O valor estimado da contratação definido após a realização de pesquisa de preços de mercado é de **R\$ 9.588.424,38 (nove milhões e quinhentos e oitenta e oito mil e quatrocentos e vinte e quatro reais e trinta e oito centavos)**, conforme art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e IN SEGES/ME nº 65/2021, utilizando-se parâmetros como Painel de Preços, contratações similares e cotações com fornecedores, considerando a CCT AC000004/2026 para os custos de mão de obra. A estimativa constará do Mapa de Preços anexo ao processo.

22. DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

22.1. Em caso de risco iminente de dano ao erário ou inadimplemento de verbas trabalhistas, a Administração poderá reter cautelarmente os pagamentos devidos à contratada para garantir o pagamento direto aos trabalhadores, nos termos da legislação vigente.

23. DAS VEDAÇÕES

23.1. É vedado à CONTRATADA:

23.1.1. Interromper a execução do contrato sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei (atraso superior a 2 meses).

23.1.2. Caucionar ou utilizar o Contrato para qualquer operação financeira.

23.1.3. Subcontratar o objeto principal (fornecimento de mão de obra de limpeza e copeiragem), salvo a exceção prevista para limpeza de fachadas de vidro.

23.1.4. É expressamente vedada a participação e contratação de Cooperativas de Trabalho, conforme Decisão da Presidência nº 2205558 e entendimento do TCU (Acórdão 2289/2019-Plenário), dada a subordinação jurídica e pessoalidade inerentes ao serviço.

24. DOS CASOS OMISSOS

24.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, com base na Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Código de Defesa do Consumidor e princípios gerais de direito público.

25. ANEXOS

- I. [H33121] ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
- II. [D42818] PCFP ATUALIZADA
- III. [D47643] RESUMO ATUALIZADO
- IV. [D41279] MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS
- V. [D41280] RELATÓRIO BANCO DE PREÇOS
- VI. [H29432] Nota Técnica - Cotação de Preços

Data e assinatura eletrônicas.



Documento assinado eletronicamente por **WELISSON BASILIO DE SOUZA**, Analista Judiciário em
24/04/2026 às 09:43:26.



Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço
<http://appgrp.tjac.jus.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a
HVOA.WH8N.R9ER.0AX6



MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE, E A EMPRESA

.....

Processo Administrativo nº 2025-507

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**, inscrito no CNPJ/MF nº 04.034.872/0001-21, com sede na rua Desembargador Jorge Araken, BR 364, Km 02 - Via Verde, Bairro Distrito Industrial cidade de Rio Branco/Acre, CEP. 69.914-220, representado neste ato por seu Presidente, Desembargador **Laudivon Nogueira**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa -----, inscrita no CNPJ sob o nº ----, sediada na -----, em ----- doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo Processo nº 2026-507 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº./....., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de pessoa jurídica especializada para a prestação contínua de serviços terceirizados de limpeza, asseio e conservação predial, bem como de copeiragem, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, incluindo postos mínimos e plantões inseridos nos respectivos postos, além do fornecimento de materiais, utensílios e equipamentos adequados, para atendimento às rotinas de funcionamento das unidades administrativas e judiciárias do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC), abrangendo as Regionais do Alto Acre e do Juruá, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

1.2. Detalhamento do objeto da contratação:

GRUPO 1 - SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO (REGIONAL ALTO ACRE)							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD POSTOS	MESES	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL ANUAL R\$
1	Prestação de serviços continuados de limpeza, asseio e conservação diária, com fornecimento de materiais, utensílios e equipamentos. Localidade: Comarca de Rio Branco Jornada: De segunda a sexta-feira, 08 horas diárias (07:00 às 17:00) e sábados 04 horas (07:00 às 11:00), ou regime de necessidade. plantão conforme	Posto	60	12			
2	Prestação de serviços continuados de limpeza, asseio e conservação diária, com fornecimento de materiais, utensílios e equipamentos. Localidade: Comarcas do Interior da Regional Alto Acre (Assis Brasil, Brasiléia, Capixaba, Senador Guimard, Manoel Urbano, Bujari, Acrelândia, Sena Madureira, Porto Acre, Epitaciolândia, Plácido de Castro, Santa Rosa do Purus e Xapuri). Jornada: De segunda a sexta-feira, 08 horas diárias (07:00 às 17:00) e sábados 04 horas (07:00 às 11:00), ou regime de plantão conforme necessidade.	Posto	25	12			
3	Prestação de serviços de Encarregado/Gestor de Limpeza para supervisão e coordenação das atividades das equipes de limpeza. Localidade: Comarca de Rio Branco. Jornada: De segunda a sexta-feira, 08 horas diárias (07:00 às 17:00) e sábados 04 horas.	Posto	02	12			
VALOR TOTAL DO GRUPO							

GRUPO 2 – SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO (REGIONAL JURUÁ)							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD POSTOS	MESES	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL ANUAL R\$
4	Prestação de serviços continuados de limpeza, asseio e conservação diária, com fornecimento de materiais, utensílios e equipamentos. Localidade: Comarcas da Regional Juruá: Cruzeiro do Sul Jornada: De segunda a sexta-feira, 08 horas diárias e sábados 04 horas.	Posto	11	12			
5	Prestação de serviços continuados de limpeza, asseio e conservação diária, com fornecimento de materiais, utensílios e equipamentos. Localidade: Comarcas da Regional Juruá: Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Jordão, Tarauacá e Feijó). Jornada: De segunda a sexta-feira, 08 horas diárias e sábados 04 horas.	Posto	10	12			
VALOR TOTAL DO GRUPO							

GRUPO 3 – SERVIÇOS DE COPEIRAGEM (REGIONAL JURUÁ)							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD POSTOS	MESES	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL ANUAL R\$
6	Prestação de serviços continuados de copeiragem, compreendendo preparo e fornecimento de café, chá e água, bem como organização e higienização das copas, com fornecimento de materiais e utensílios. Localidade: Comarcas da Regional Juruá Cruzeiro do Sul. Jornada: De segunda a sexta-feira, 08 horas diárias e sábados 04 horas.	Posto	03	12			

GRUPO 3 – SERVIÇOS DE COPEIRAGEM (REGIONAL JURUÁ)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD POSTOS	MESES	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL ANUAL R\$
7	Prestação de serviços continuados de copeiragem, compreendendo preparo e fornecimento de café, chá e água, bem como organização e higienização das copas, com fornecimento de materiais e utensílios. Localidade: Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Tarauacá e Feijó). Jornada: De segunda a sexta-feira, 08 horas diárias e sábados 04 horas.	Posto	04	12			
VALOR TOTAL DO GRUPO							

SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FACHADAS ENVIDRAÇADAS (SOB DEMANDA) (REGIONAL ALTO ACRE)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
8	LIMPEZA DE FACHADAS ENVIDRAÇADAS (SOB DEMANDA): Prestação de serviço eventual e sob demanda de limpeza técnica de fachadas em pele de vidro (curtain wall) e vidros altos de difícil acesso, exigindo o fornecimento de mão de obra especializada (alpinismo industrial ou similar), equipamentos de proteção (EPIs), andaimes, cadeiras suspensas e produtos específicos. Este serviço será requisitado sob demanda, com previsão estimativa de execução a cada 6 (seis) meses ou quando expressamente requisitado pelo fiscal do contrato após avaliação técnica da sujeira e necessidade. Exclusivamente nos prédios da Comarca de Rio Branco (Sede Administrativa, Fórum Criminal, Juizados, Portal do Acolhimento, Guarita, etc.). Conforme demanda e cronograma de execução.	m²	5.761,68		

LIMPEZA PESADA DE PISOS (SOB DEMANDA)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
9	LIMPEZA PESADA DE PISOS (SOB DEMANDA): Prestação de serviço eventual e sob demanda de limpeza pesada, lavagem técnica, remoção de ceras antigas, tratamento e impermeabilização de pisos, exigindo a utilização obrigatória de máquinas pesadas (lavadoras automáticas de piso, enceradeiras industriais de alta rotação, hidrojateadoras de alta pressão) e pessoal técnico adequado para manuseio do maquinário. Comarca de Rio Branco e Cruzeiro do Sul.	m²	51.526,91		

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado automática e sucessivamente por iguais períodos, até o limite de 10 anos, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que atenda as condições abaixo mencionadas.](#)

2.2. A prorrogação de que trata este item necessita do ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - REQUISITOS SOCIAIS ROGRAMA TRANSFORMAÇÃO (PORTARIA N.º 2021/2023)

4.1. Em estrita observância à Portaria n.º 2021/2023 da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, que instituiu o "Programa Transformação", a presente contratação deverá cumprir rigorosamente a reserva de vagas destinada a mulheres integrantes de grupos vulneráveis. Este requisito é obrigatório e visa fomentar a adoção de políticas afirmativas para redução das desigualdades e inclusão social no mercado de trabalho.

4.1.1. Consideram-se mulheres em condição de especial vulnerabilidade econômico-social, para fins de preenchimento das cotas deste contrato, aquelas enquadradas nas seguintes situações:

I – mulheres vítimas de violência física, moral, patrimonial, psicológica ou sexual, em razão do gênero, no contexto doméstico e familiar;

II – mulheres trans e travestis;

III – mulheres migrantes e refugiadas; I

V – mulheres em situação de rua;

V – mulheres egressas do sistema prisional; e

VI – mulheres indígenas, camponesas e quilombolas.

4.1.2. A reserva de vagas será aplicada de acordo com o quantitativo de trabalhadores necessários para a execução de cada lote da contratação, observando-se os seguintes critérios de cálculo:

a) Quando a prestação dos serviços exigir a utilização de 06 (seis) a 19 (dezenove) trabalhadores, será reservada obrigatoriamente 01 (uma) vaga para mulheres integrantes dos grupos vulneráveis acima descritos;

b) Quando forem necessários 20 (vinte) ou mais trabalhadores, o percentual de reserva será de 5% (cinco por cento) do total de postos de trabalho. Caso a aplicação do percentual resulte em número fracionário, o edital e o contrato deverão adotar o número inteiro imediatamente posterior. O número de vagas reservadas deverá ser mantido durante toda a execução do contrato, sob fiscalização direta do gestor e dos fiscais.

4.1.3. Para a efetivação desta medida, a empresa vencedora do certame deverá reportar-se à Secretaria de Projetos Sociais (SEPSO) do Tribunal de Justiça, que será responsável pela indicação das candidatas cadastradas, com a colaboração da Vara de Execuções Penais e Medidas Alternativas (VEPMA) e das Varas de Proteção à Mulher. A empresa contratada terá o prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados da assinatura do contrato, para apresentar ao fiscal do contrato o rol de mulheres integrantes de grupos vulneráveis efetivamente contratadas, ou a declaração emitida pela SEPSO atestando a impossibilidade de atendimento da demanda por ausência de candidatas com o perfil exigido. O descumprimento desta obrigação sujeitará a contratada à multa diária de 0,2% (zero vírgula dois por cento) do valor total do contrato, por período não superior a 10 (dez) dias. Persistindo a inadimplência por 60 (sessenta) dias, a Administração providenciará a rescisão contratual. É vedada qualquer diferenciação salarial em função da condição de vulnerabilidade das contratadas.

4.2. REQUISITOS DE PARIDADE DE GÊNERO (RESOLUÇÃO N.º 89/2024)

4.2.1. Consoante o disposto na Resolução n.º 89/2024 do Conselho da Justiça Estadual, que instituiu a Política de Incentivo à Participação Institucional Feminina no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Acre, a execução deste

contrato deverá observar a participação equânime de homens e mulheres.

4.2.2. Nos termos específicos do inciso VI do artigo 5º da referida Resolução, a contratação da empresa prestadora de serviço terceirizado deverá proporcionar a ocupação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de mulheres, considerada cada função do contrato. Ou seja, a paridade deve ser verificada não apenas no global, mas especificamente para os cargos de Servente de Limpeza, Encarregado(a) e Copeiro(a). Para fins desta exigência, compreende-se por mulher a mulher cisgênero, a mulher transgênero e a mulher fluida.

4.2.3. Além da paridade de gênero, o preenchimento das vagas deverá respeitar, na medida do possível, a proporção respectiva de raça e etnia da população brasileira, por Estado da Federação, segundo o último Censo do IBGE, observando-se a perspectiva interseccional. A observância da paridade de gênero por função não poderá causar a redução do percentual total de mulheres no contrato, admitindo-se flexibilização apenas no que tange a funções insalubres e com jornada noturna, o que deverá ser devidamente justificado se aplicável ao caso concreto. A empresa contratada deverá comprovar o cumprimento destes percentuais periodicamente à fiscalização do contrato.

CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Será admitida a subcontratação no seguinte caso:

5.1.1. Limpeza de fachadas externas em pele de vidro, nos termos dos itens 1.1.5. “c” e 9.1.1. “c” do Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA - PREÇO

6.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....), *conforme tabela abaixo:*

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE (A)	VALOR UNITÁRIO (B)	VALOR MENSAL (C)= A*B	VALOR ANUAL (D)=C*12
1						
2						
3						
...						

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO

7.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS

8.1. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do contratado.

8.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

a. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

b. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

8.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

8.3.1. Entende-se como última repactuação a data em que foram iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

8.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (art. 135, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).

8.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021)

8.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

8.7. Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade. (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 14.133/2021)

8.8. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

8.8.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

8.9. Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento **IPCA**, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

8.10. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.11. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.12. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.13. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

8.14. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

8.15. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

8.16. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

8.17. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

8.18. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

8.19. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

8.20. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

8.21. O contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 30 (TRINTA), contado da data do fornecimento, pelo contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados. (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º) .

8.22. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.

8.23. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

8.24. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.25. O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

8.26. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

8.27. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. São obrigações do Contratante:

9.1.1. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços, permitindo o livre acesso aos locais de trabalho.

9.1.2. Disponibilizar local para guarda de materiais e equipamentos (DML).

9.1.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, comunicando as falhas e solicitando correções.

9.1.4. Efetuar os pagamentos devidos, mediante apresentação da Nota Fiscal e comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, retendo os valores da conta vinculada.

9.1.5. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como exercer poder de mando direto sobre os empregados ou direcionar contratações.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

10.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

10.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

- 10.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 10.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 10.8. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 10.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 10.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 10.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 10.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 10.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 10.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 10.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

- 10.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 10.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 10.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 10.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));
- 10.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- 10.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 10.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 10.24. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 10.25. Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 10.26. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 10.27. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 10.28. Disponibilizar ao contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 10.29. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 10.30. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;
- 10.31. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da contratante. Em

caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o contratado deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

10.32. Autorizar o contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

10.33. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

10.34. Atender às solicitações do contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

10.35. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

10.36. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

10.37. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

10.38. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

10.39. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

10.40. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

10.41. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

10.41.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

10.41.2. Para efeito de comprovação da comunicação, o contratado deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

10.42. Nos casos em que haja um número mínimo de vinte e cinco colaboradores alocados no contrato, destinar 8% das vagas exclusivamente para mulheres vítimas de violência doméstica;

10.42.1. As vagas reservadas serão destinadas prioritariamente para pretas e pardas, na proporção que essas mulheres representarem maioria na unidade da federação da prestação do serviço segundo o último censo do IBGE.

10.42.2. Incluem-se entre as beneficiárias das vagas reservadas as mulheres trans, travestis e outras possibilidades do gênero feminino, conforme definido no art. 5º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

10.42.3. Sempre que houver um desligamento, a contratada deverá buscar atender ao percentual mínimo de 8% com a nova contratação.

10.42.4. Se não houver mulheres elegíveis em número suficiente para preencher as vagas reservadas, a empresa poderá contratar livremente.

10.42.5. Para cálculo do percentual de vagas reservadas serão considerados todos os empregados alocados no contrato, incluindo folguistas e substitutos.

10.42.6. O percentual de mão-de-obra de que trata este item deverá ser mantido durante toda a execução contratual, ressalvado o subitem 9.45.4.

10.42.7. A contratada deve manter o sigilo da condição de violência doméstica da profissional que será alocada para a prestação do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do [art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na modalidade XXXXXX, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da contratada que venham a participar da execução dos serviços contratados.

12.2. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro garantia ou, ainda, pela fiança bancária.

12.3. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado

não pague o prêmio nas datas convencionadas.

12.4. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

12.5. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.8 deste contrato.

12.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

12.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

12.7.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

12.7.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado; e

12.7.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

12.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 12.9, observada a legislação que rege a matéria.

12.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica no Banco do Brasil, com correção monetária.

12.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

12.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do [artigo 827 do Código Civil](#).

12.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

12.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

12.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

12.14.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais ([art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.14.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a

negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do [art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022](#).

12.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

12.16. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

12.17. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que o contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

12.18. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

12.19. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

12.20. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao contratado.

12.21. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

12.22. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2 % (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021](#).

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 13.1, de 2% a do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 13.1, de 20% do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 13.1, a multa será de 5% do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 13.1, a multa será de 5% do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 13.1, a multa será de 5% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

13.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

13.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

13.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

13.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

14.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

14.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.3.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

14.3.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.3.1.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.4.3. Indenizações e multas.

14.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

14.6. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

14.7. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

14.8. Quando da extinção, o fiscal deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

14.9. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

14.9.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos

prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei n.º 14.133/2021); e

14.9.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

14.10. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (art. 121, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

14.11. O contratante poderá ainda:

14.11.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, “c”, da Lei n.º 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e

14.11.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

14.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

16.1.1. Programa de Trabalho:

16.1.2. Fonte de Recursos:

16.1.3. Elemento de Despesa:

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA– FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Rio Branco-AC, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Data e assinaturas eletrônicas



Documento assinado eletronicamente por **PRISCILA LUENA PRADO MAIA**, Subsecretária em
24/04/2026 às 13:27:21.



Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço <http://appgrp.tjac.jus.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela V85F.H9RA.66TO.EXFC

11.3. O preposto deverá apresentar-se à respectiva unidade fiscalizadora em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, para firmar, juntamente com os servidores designados para esse fim, o Termo de Abertura do Livro de Ocorrências, destinado ao assentamento das principais ocorrências durante a execução do contrato, bem como para tratar dos demais assuntos pertinentes à implantação de postos e execução do contrato relativos à sua competência.

11.4. A CONTRATADA orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

11.5. FORNECIMENTO DE UNIFORMES

11.5.1. A CONTRATADA deverá providenciar para que os profissionais indicados apresentem-se ao Tribunal trajando uniformes fornecidos a expensas da empresa. O uniforme deverá ser aprovado previamente pela Fiscalização e conter as seguintes características básicas:

Descrição/Modelo	Periodicidade de Fornecimento
02 calças compridas de tecido apropriado ao serviço e ao clima do Estado do Acre, de boa qualidade;	Por semestre
03 camisas de manga curta, de malha ou tecido qualidade, contendo a identificação da Contratada;	Por semestre
01 par de tenis ou sapatos de couro com sola de borracha, duráveis, confortáveis e apropriados para o serviço;	Por semestre
01 par de botas tipo galochas para uso em serviços de lavagem;	Por ano
01 capa de chuva resistente para serviços externos;	Por ano
01 Crachá;	Por ano
01 kit de EPI – luvas e máscaras;	De acordo com a necessidade

12. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

12.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, do Decreto 9507/2018 e a disposição 2.6 do Anexo V da IN 05/2017 – SEGES/MP e do Manual de Gestão e Fiscalização de contratos, id 1353419, a gestão e a fiscalização da execução compreendem o conjunto de ações que objetivam:

- I - aferir o cumprimento dos resultados estabelecidos pela contratada;
- II - verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas; e
- III - prestar apoio à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, reajuste, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, aplicação de sanções, extinção dos contratos, entre outras, com vistas a assegurar o cumprimento das cláusulas do contrato e a solução de problemas relacionados ao objeto.

12.2. Para tanto figuram como:

- FISCAL TÉCNICO:** Matheus Ibsen Modesto de Sales
- FISCAL ADMINISTRATIVO:** Priscila Luena Prado Maia - GECON.
- GESTORA:** Ana Paula Viana de Lima Carrilho.
- FISCAL SETORIAL:** Supervisor de cada Comarca.

12.2.1. Futuras alterações de gestor e fiscal de contrato serão efetivadas por meio de Portaria da lavra da Presidência deste TJAC.

12.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. Ao fiscal compete o acompanhamento da execução contratual, e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano para solução das falhas identificadas, bem como determinando o que for necessário à sua regularização e encaminhando os apontamentos ao gestor para as providências cabíveis.

12.5. Ao Gestor do contrato cabe a análise de reajuste; repactuação; reequilíbrio econômico-financeiro; incidentes relativos a pagamentos; de questões ligadas à documentação, ao controle dos prazos de vencimento e da prorrogação, apontando o que for necessário.

12.6 O Contratante reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Edital, seus anexos e da proposta da Contratada.

12.7. As decisões e providências que ultrapassem a competência do Fiscal do Contrato serão encaminhadas ao gestor para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º do art. 67, da Lei nº. 8.666/93.

12.8. O fiscal do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar ao gestor para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

PLANILHA CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS ELABORADO PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE						
Nº PROCESSO		GRP-2025-507				
LICITAÇÃO Nº					Salário Mínimo	R\$ -
Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)						
A	Data da Apresentação da Proposta (dia/mês/ano)					
B	Município/UF					
C	Ano acordo, convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo					CCT-2025/2026
D	Número de Meses de Execução do Contrato					12
E	Numero da convenção coletiva de trabalho					AC000021/2025 AC000004/2026
F	Regime Tributário da Empresa:					
Tipo de Serviço				Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)	
				Posto		
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual						
Dados complementares para composição dos custos referentes à mão-de-obra.						
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas).					
2	Salário Normativo da Categoria Profissional					
3	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual) (CBO)					
4	Data Base da Categoria (dia/mês/ano)					
MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO						
1	Composição da Remuneração					Valor (R\$)
A	Salário Base					R\$ 0,00
B	Adicional de Periculosidade (sobre salário base)					R\$ 0,00
C	Adicional de Insalubridade (sobre salário-mínimo)					R\$ 0,00
D	Adicional Noturno					R\$ 0,00
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida					R\$ 0,00
F	Horas Extraordinárias					R\$ 0,00
G	Descanso Semanal Remunerado					R\$ 0,00
	Total					R\$ 0,00
MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS						
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicionais de Férias					Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário				8,33%	R\$ 0,00
B	Férias				8,33%	R\$ 0,00
C	Adicional de Férias				2,78%	R\$ 0,00
	Subtotal				19,44%	R\$ 0,00
D	Incidência do Submódulo 2.2 sobre o Submódulo 2.1				6,57%	R\$ 0,00
	Total				26,02%	R\$ 0,00
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições				Percentual	Valor (R\$)
A	INSS				20,00%	R\$ 0,00
B	SESI ou SESC				1,50%	R\$ 0,00
C	SENAI ou SENAC				1,00%	R\$ 0,00
D	INCRA				0,20%	R\$ 0,00
E	Salário Educação				2,50%	R\$ 0,00
F	FGTS				8,00%	R\$ 0,00
G	Seguro Acidente de Trabalho	RAT	FAP	0,00%		R\$ 0,00
H	SEBRAE				0,60%	R\$ 0,00
	Total				33,80%	R\$ 0,00
2.3	Benefícios Mensais e Diários					Valor
A	Transporte: = (Vlr Vale Transporte * Nº passagem dia * Nº dias úteis) - (Rem. * 6%)	Nº Vales/dia	Valor do Vale	Nº dias úteis	Desc. Empregado	R\$ 0,00
			R\$ 3,50	22,00	R\$ 0,00	
B	Auxílio Alimentação (Vales, cestas básicas, etc) : = (Valor Vale Alimentação * Nº dias úteis)	Valor do Vale		Nº dias úteis	Desc. Empregado	R\$ 0,00
				22,00	R\$ 0,00	
C	Seguro de Vida					
D	Auxílio Funeral					R\$ 0,00
	Total de Benefícios Mensais e Diários					R\$ 0,00

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS				
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		Valor (R\$)	
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicionais de Férias		R\$ 0,00	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições		R\$ 0,00	
2.3	Benefícios Mensais e Diários		R\$ 0,00	
	Total		R\$ 0,00	
Módulo 3 - Provisão para Rescisão				
3	Provisão para Recisão		Valor (R\$)	
A	Aviso Prévio Idenizado	0,42%	R\$ 0,00	
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ 0,00	
C	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ 0,00	
D	Incidência de GPS, FGTS sobre o API e APT	0,66%	R\$ 0,00	
E	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	4,00%	R\$ 0,00	
	Total	7,05%	R\$ 0,00	
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4.1	Substituto nas Ausências Legais		Valor (R\$)	
A	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 0,00	
B	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,04%	R\$ 0,00	
C	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	R\$ 0,00	
D	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,06%	R\$ 0,00	
	Total	0,71%	R\$ 0,00	
Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente		Valor	
4.1	Substituto nas Ausências Legais		R\$ 0,00	
	Total		R\$ 0,00	
Módulo 5 - Insumos Diversos				
5	Insumos Diversos		Valor	
A	Uniformes			
B	EPI's			
C	Materiais de Limpeza			
D	Utensílios e Acessórios			
E	Equipamentos			
	Total		R\$ 0,00	
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro				
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro		Percentual	Valor
A	Custos Indiretos			R\$ 0,00
B	Lucro			R\$ 0,00
C	Tributos		8,65%	R\$ 0,00
	C.1.	Tributos Federais (PIS)	0,65%	R\$ 0,00
	C.2.	Tributos Federais (Cofins)	3,00%	R\$ 0,00
	C.3.	Tributos Municipais (especificar)	5,00%	R\$ 0,00
	Total		8,65%	R\$ 0,00
2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO				
	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			Valor
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração/Indenização Intrajornada			R\$ 0,00
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			R\$ 0,00
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão			R\$ 0,00
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			R\$ 0,00
E	Módulo 5 - Insumos Diversos			R\$ 0,00
	Subtotal (A + B + C + D + E) - Custos diretos			R\$ 0,00
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro			R\$ 0,00
	Valor Total por Empregado Mensal			R\$ 0,00
	Valor Mensal pela quantidade de empregados			R\$ 0,00
	Valor Anual pela quantidade de empregados			R\$ 0,00